



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

*Aprovada na sessão ordinária
de 28 de abril de 2014*

**ATA NÚMERO UM DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE BARCELOS**

-----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, reuniu, pela primeira vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada em edital datado de vinte de fevereiro de dois mil e catorze, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

-----Eleição de Presidentes de Junta de Freguesia para: Conselho Cinegético Municipal, Conselho Municipal de Educação do Município de Barcelos, Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

-----Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo doze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

-----Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo treze do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----ORDEM DO DIA.-----

-----Ponto um – Aprovação da ata da sessão de vinte e sete de dezembro de dois mil e treze;-----

-----Ponto dois – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à constituição da Régie Cooperativa “Barcelos Cultura, Educação e Desporto” e respetivos estatutos;-----

-----Ponto três – Discussão e votação da proposta da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Municipal respeitante ao protocolo de cooperação entre o município e as freguesias do concelho de Barcelos;-----

-----Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao projeto “Eixo da RNT entre Vila do Conde e Vila Fria B e a Rede Elétrica de Espanha, a quatrocentos quilovolts;-----

-----Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento da Casa da Juventude de Barcelos;-----

-----Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da área de trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro metros quadrados, para construção do equipamento denominado “Espaço Social do Enfermeiro”, sita no lugar de Grovas, freguesia de Paradela;-----

-----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da área de dezassete mil, cento e oitenta e sete metros quadrados, para legalização e requalificação do equipamento denominado «Campo de Futebol 1º de Janeiro CF “Os Ceramistas”», sita na rua 1º de Janeiro, freguesia de Galegos São Martinho;-----

-----Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com cerca de mil, quinhentos e noventa e dois metros quadrados, para construção de um edifício destinado a armazém, sita na avenida da Estação, freguesia de Viatodos;-----

-----Ponto nove – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----

-----Adélio Barbosa Miranda, Agostinho Martins da Silva, Amândio da Costa Maia, Ana Maria de Lemos Pereira Bonifácio Viana Lopes, Ana Paula Carreira Gonçalves Lopes Moreira, Ana Rita da Silva Torre, Anselmo Miranda Vasconcelos, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António da Cruz Vaz Saleiro, António Francisco Santos Rocha, António Joaquim da Costa Lima, António José Oliveira Félix de Sousa Barroso, António Oliveira Castro, António Salomão Silva Rodrigues, António da Silva Gonçalves do Vale, António Silva Pereira, Armando Ricardo Pereira da Costa, Armindo Manuel Costa Vilas Boas, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Bruna Cristiana Araújo Ferreira, Bruno André Torres Macedo, Cândido Pedrosa e Silva, Cândido da Silva Gomes, Carlos Alberto Oliveira Sousa, Casimiro da Silva Rodrigues, Clara Magda Ribeiro Barbosa Fernandes, Daniel Martins de Brito, Daniela Filipa Cardoso Miranda, David Alberto Lemos de Sousa, David José Pereira de Carvalho, David Pimenta Vilas Boas, Domingos Duarte da Silva, Domingos Falcão Gonçalves, Domingos Miguel Magalhães Ferreira, Domingos Pereira de Araújo, Duarte Nuno Cardoso Amorim Pinto, Elsa Gracinda de Oliveira Brás, Fernando Gomes Alves, Fernando José Gonçalves Pinto, Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Florinda Oliveira Bogas, Gabriel Costa Gonçalves, Guilhermina Sousa e Silva dos Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Isabel Maria Pereira dos Santos, Jaime Manuel Faria Dantas, João Alberto Novais Alves, João Batista Gonçalves Abreu, João Macedo Lourenço, João Paulo Pereira Dias, João Rodrigues Martins, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Alberto Martins Barbosa, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Jorge Manuel de Mesquita Fernandes, Jorge Manuel Oliveira Fernandes, José Alves Peixoto, José António Gomes Coelho, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Gomes dos Santos Novais, José Luís Dias Pereira, José Luís Gomes Arantes, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel de Araújo Cardoso, José Manuel da Costa Cunha, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Alves da Fonte, José Maria Cruz Batista, José Miguel Rodrigues Durães, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, Juliana Raquel Oliveira Campos, Júlio Arménio Martins da Silva, Leonel Gonçalves Vila-Chã, Lucinda Carlota Monteiro Ferreira de Oliveira Fonseca, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel João Nunes Garcia, Manuel Joaquim Araújo da Silva, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Maria dos Santos Maciel, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Manuel Simões Correia, Maria Isabel Sá da Venda, Maria José Correia Simões, Maria Manuela da Silva Gomes de Sá Oliveira, Maria do Sameiro Gomes Cunha Serra, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Constantino Araújo Leite da Silva Lopes, Mário Jorge Gomes de Figueiredo, Mário José Martins da Costa, Marta Catarina da Costa, Natalina de Sá, Nélon Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Miguel Machado Martins, Paula Cristina Leiras Belchior, Paulo Jorge Araújo Campos, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Pedro Miguel Ramos Lima, Ricardo Xavier Gomes Vilas Boas, Rui Manuel Dias Faria, Sandra Isabel Coutada Teixeira, Sebastião Lemos Ferreira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Vasco André Gomes de Deus Real.~

~Faltaram os seguintes membros:~

~Filipa Leonor de Oliveira Morais Caridade, Joana de Macedo Garrido Fernandes.~



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----INÍCIO DOS TRABALHOS-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito boa-noite.-----

-----Declaro aberta a sessão.-----

-----Iremos iniciar, conforme o edital, pelo período de antes da ordem do dia.-----

-----Como consta do período de antes da ordem do dia, e por decisão unânime da conferência de líderes dos grupos municipais, foi estabelecido que fosse primeiro procedido às eleições que constam do edital, às quais se apresentaram duas listas: a Lista A apresentada pelo Partido Socialista e a Lista B apresentada pela coligação PSD/CDS-PP.-----

-----As listas estão afixadas na entrada também conforme foi decidido, já estão na posse de todos os deputados os boletins de voto que foram entregues à entrada e quando se iniciar a votação, em primeiro lugar, vai votar a mesa e no final da votação os apuramentos dos resultados serão efetuados na sala de apoio à Assembleia na presença de um secretário da mesa e de pelo menos um dos deputados representantes que assim o entendam estar presentes, se acharem imprescindível estar presentes, e finalizada a contagem de votos a mesa dará conhecimento do resultado da eleição.-----

-----Portanto, são estes procedimentos que foram adotados e que foram de facto articulados na conferência de líderes dos grupos municipais.-----

-----A chamada posterior à mesa será por bancadas de grupos municipais, permitindo uma maior rapidez que se relaciona um pouco com a distribuição que têm no auditório.-----

-----Portanto, começarei eu por me dirigir à urna de voto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

----- (A votação demorou sensivelmente dezassete minutos) -----

----- Julgo que todos os presentes exerceram o direito de voto e, portanto, como tinha referido, agora na sala de apoio à Assembleia Municipal irá ser feita, com a presença dos grupos municipais que assim o entenderem, a contagem dos votos. -----

----- Iríamos então ainda no período que compete ao presidente da Assembleia Municipal, respeitante a assuntos de relevância que deva comunicar à Assembleia, verifica-se que o que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, a Lei setenta e cinco de dois mil e treze, e de acordo com ele compete à Assembleia Municipal conhecer os relatórios resultantes de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos do município. -----

----- O senhor presidente da Câmara enviou-me o relatório do Tribunal de Contas referente à auditoria à regulação das parcerias público-privadas no setor dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (sistema em baixa), que versou, entre outras concessões, sobre a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do concelho de Barcelos, cuja exploração e gestão se encontra concessionada, desde dois mil e quatro, à empresa “Águas de Barcelos, S.A.”. -----

----- Este relatório é proveniente do Tribunal de Contas e foi aprovado por três juízes conselheiros da segunda secção do Tribunal de Contas. -----

----- Portanto, eu tomei a iniciativa, pela importância e a relevância deste documento, de ser facultado a cada deputado à entrada uma versão que se chama relatório síntese do Tribunal de Contas, que é aquela que disponho de momento, e que em virtude da relevância para a autarquia e os barcelenses, pelos montantes envolvidos e pela sua complexidade, agradecia que o senhor presidente da Câmara explicasse a situação atual, consequências futuras a curto prazo e médio prazo e cenários relativos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

possíveis soluções para esta situação que julgo a todos os cidadãos do concelho de Barcelos preocupa.-----

-----Senhor presidente da Câmara, convidava-o a tomar a palavra.---

-----O senhor deputado Firmino, em primeiro lugar, devia-me ter pedido o uso da palavra, agradeço que registre e que de futuro o faça. Em segundo lugar, eu acho que fui bem explícito que, atendendo à complexidade da matéria, julgo que é do interesse de todos os cidadãos do concelho de Barcelos e da autarquia que seja o senhor presidente da Câmara a explicar. Por isso é que eu frisei que este relatório foi aprovado por três juízes conselheiros e que eu saiba não está aqui nenhum deles presente, senão teria todo o gosto de pedir a uma das pessoas que assinou este relatório para explicá-lo.-----

-----Eu não dou a palavra ao senhor deputado, desculpe! Vou dar a palavra ao senhor presidente da Câmara.-----

-----Senhor deputado, não fica registado em ata as intervenções que está a ter. Desculpe, tenho todo o respeito não só como deputado mas a título pessoal, mas não fica registado em ata.-----

-----Senhor presidente da Câmara, convido-o a intervir neste assunto. Se prescindir, farei eu um resumo sintético deste relatório, dando a minha opinião sobre ele.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Caras e Caros Cidadãos.-----

-----Só quero dizer que não vou discutir este assunto e, portanto, senhor deputado Firmino, pode estar sossegado que eu não vou fazer disto um assunto na Assembleia, apenas corresponder ao convite do senhor presidente da Assembleia, que muito agradeço, para dar alguns esclarecimentos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Aliás, dar-vos uma nota que não é a primeira vez que falo sobre este relatório que hoje é público, não falei sobre a sua matéria no passado, mas tive o cuidado de dizer que ele tinha carácter de confidencial. E, portanto, enquanto ele esteve como confidencial tive esse recato que a lei me impõe e não falei sobre ele. Mas hoje vou falar até porque também é resultado de uma intervenção que foi feita hoje na reunião de Câmara, onde também os senhores vereadores de todos os partidos tiveram a sua oportunidade de se pronunciar sobre este relatório.-----

-----Este relatório diz uma coisa clara. A primeira, é dizer-vos que ao longo de todo o tempo que se falou nesta matéria que não se ponha em causa sequer aquilo que o presidente da Câmara disse sobre a questão da concessão, está aqui plasmado perfeitamente neste relatório, não vou ler o relatório, ele é de facto um relatório que tem aqui várias considerações que são contundentes para os barcelenses e para o município de Barcelos. E dizer-vos que basta-me ler uma única frase destes considerandos finais que os senhores juízes conselheiros fizeram, que diz que *“Os custos envolvidos com este processo são o reflexo de sucessivas decisões lesivas para os interesses do município de Barcelos”*. Há uma série de considerações aqui feitas dos tarifários, dos consumos feitos ao longo do tempo.-----

-----Mas quero também dizer-vos que o IRAR na altura e o ERSAR também se pronunciaram fazendo recomendações, porque são apenas reguladores e a eles diz respeito apenas as recomendações, recomendou ao executivo anterior que não assinasse o contrato de concessão. O executivo anterior, está também plasmado no relatório, diz isto: *“O município de Barcelos considerou o referido estudo muito detalhado e desenvolvido, encontrando-se, também, definidos os investimentos a realizar, pelo que não acatou as recomendações do IRAR sobre esta matéria”*.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Curiosamente tenho aqui um documento que está classificado como anexo dezoito do contrato de concessão, que tem uma coisa extraordinária, e aqui é preciso que todos percebam a responsabilidade, as consequências que é este contrato para o município de Barcelos. Tem aqui uma ficha que está classificado como anexo dezoito, que se chama “modelo financeiro”, e aqui é analisada o painel de controlo do modelo, a estrutura de tarifa, pressupostos operacionais, pressupostos financeiros e macroeconómicos, investimentos e amortizações, receitas, custos, tarifas, caudais, fundos, enfim... Este documento é produzido por uma empresa de renome chamada KPMG. Esta é uma empresa de consultadoria bastante conhecida, aquela que elaborou o suposto estudo, que toda a gente diz que há estudos, mas chega-se à conclusão que não há estudo absolutamente nenhum, e a empresa diz isto: *“Este modelo foi preparado pela KPMG com base em informação fornecida pelo nosso cliente – o cliente era as Águas de Barcelos –. O modelo não foi auditado, sendo da responsabilidade do consórcio a sua validação, assim como da informação nele contida.*-----

-----A KPMG não assume responsabilidade sobre a qualidade, veracidade e exatidão do modelo e da informação nele contida, pelo que não lhe poderá ser imputada qualquer responsabilidade decorrente da sua utilização”. Este foi o documento que deu como base de que havia informação detalhada e pormenorizada.-----

-----Portanto, senhor presidente, a situação atual deste processo é muito complexa, são públicas as consequências por força da decisão do Tribunal Arbitral, onde nós fomos penalizados com uma indemnização de cento e setenta e dois milhões de euros.-----

-----Isto significa que o que o tribunal decidiu na altura foi que o município nunca mais cumpriria os pressupostos dos consumos mínimos médios que estavam atribuídos na concessão e, portanto, penalizou o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

município a pagar qualquer coisa como cinco vírgula nove milhões de euros durante trinta anos, ou seja, toda a concessão.-----

-----A nossa situação atual é esta: estão a decorrer neste momento dois processos em tribunais diferentes, um no Tribunal Central e Administrativo do Norte que está a decidir da anulação do acórdão, foi argumentado pelo município um incidente jurídico que se considerou grave durante o arbitral, e, portanto, estamos a aguardar a decisão do tribunal.-----

-----Depois, como é também público, estão a decorrer dois processos, um no Ministério Público e no DCIAP, onde já há dois arguidos, que é um processo que está neste momento a decorrer a sua investigação. E aí deixem-me dizer que, hoje, o senhor vereador Domingos Araújo disse na reunião de Câmara uma coisa que eu também considero muito importante e com a qual concordo plenamente: a justiça se não for rápida não é justiça. Portanto, esperemos que a justiça seja célere, rápida e acima de tudo seja de facto justa.-----

-----As consequências de futuro?-----

-----Senhor presidente, o que é que eu lhe posso dizer? Eu não controlo a justiça, espero que a justiça olhe com olhos de ver para este contrato, porque até o próprio Tribunal de Contas considera um contrato leonino, altamente lesivo. Deixem-me dizer que se analisarmos com pormenor os relatórios do Tribunal de Contas que foram feitos a várias concessões, onde está a de Barcelos, a de Barcelos é a pior das concessões, a que pior tem as suas circunstâncias em todos os relatórios que foram vistos, e, portanto, por alguma razão será.-----

-----A solução, senhor presidente, aquilo que eu posso dizer é que tenho feito um esforço muito grande numa tentativa de negociação com os acionistas da empresa, não poderei ir muito além disto, mas posso-vos dizer que estou a negociar com os espanhóis, os espanhóis, através da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Sacyr, venderam a empresa aos japoneses, pediram autorização para a mudança do capital, que foi autorizada pelo município, para a Somague Ambiente e, portanto, eu estou ao nível dos acionistas espanhóis que são dos donos da AGS e da Somague, com quem estou a tentar uma solução.--

-----Mas também é público que esta solução passa, e aqui faço um apelo a quem pode intervir junto do Governo, é preciso e fundamental que o Governo autorize o município de Barcelos a uma despesa excecional, ou seja, que não conte para endividamento o retorno da concessão ao município porque, atendendo aos valores que estão a ser discutidos, não temos outra alternativa que não seja uma situação de endividamento de carácter excecional que só o Governo mesmo é que a pode produzir. Eu aqui fazia um apelo naturalmente ao senhor deputado Nuno Reis, eu penso que ele não está cá, mas faria também aqui à bancada do PSD uma apelo para interceder junto do Governo no sentido de nos dar este aval, este endividamento excecional, para nós conseguirmos de uma forma pacífica e responsável tentar arranjar uma solução que resolva em definitivo o problema das águas de Barcelos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente. Efetivamente acho, como ficou demonstrado, para além do documento, as suas explicações relativamente à situação do processo e às suas expetativas de solução que ao fim e ao cabo são da autarquia de Barcelos e que obviamente respeitam a todos os cidadãos e residentes no concelho de Barcelos, julgo que saímos daqui todos mais esclarecidos sobre a situação atual e as perspetivas futuras que existem.-----

-----Efetivamente, como eu disse no início, eu utilizei este tempo no tempo a que tenho direito como presidente da mesa da Assembleia Municipal e agora vamos passar ao ponto seguinte de antes da ordem do dia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Como eu disse, senhor deputado, eu utilizei o meu direito, é o meu tempo, o senhor deputado terá a oportunidade de intervir, mas não neste ponto.-----

-----Vamos então passar ao período de sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo doze do regimento da Assembleia Municipal.-----

-----Pedia à primeira secretária para ler a proposta do Partido Socialista.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – “Proposta.-----

-----Por uma Unidade Local de Saúde.-----

-----O Partido Socialista de Barcelos tem lutado desde há vários anos pela construção de um novo hospital em Barcelos.-----

-----O PS não pode deixar de estar profundamente preocupado com o constante adiamento a que o novo hospital tem sido votado desde que este Governo tomou posse em dois mil e onze.-----

-----São conhecidas as iniciativas políticas e institucionais que a Câmara Municipal tem empreendido para acelerar o projeto, nomeadamente junto do Governo e da ARS Norte. É igualmente conhecido dos barcelenses que os pedidos de reunião formulados pela Câmara Municipal têm sido simplesmente ignorados.-----

-----Ora, isto preocupa-nos seriamente.-----

-----Mas também nos preocupa cada vez mais a qualidade da oferta atual de cuidados de saúde aos cidadãos de Barcelos e Esposende, que assistem a uma evidente degradação do hospital de Barcelos, na acessibilidade e na diversidade dos cuidados que presta.-----

-----Verifica-se também a redução de horários de atendimento nos centros de saúde, com todas as consequências daí decorrentes para a população, em especial para os mais desfavorecidos, que têm menos possibilidades de procurarem outras alternativas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Parece hoje óbvio a muitos cidadãos – e nós começamos a associar-nos a este sentimento – que há uma estratégia em execução que tem por objetivo deixar o atual hospital perder qualidade, prestígio e reconhecimento da população que serve, até um nível tão baixo, que acabe por tornar aceitável a sua entrega à Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.-----

-----Ora, nós, Partido Socialista, somos frontalmente contra isto! E opor-nos-emos a esta situação com todas as nossas energias.-----

-----Mas o PS, enquanto partido responsável e com responsabilidades – às quais não foge –, entende que não basta criticar. É igualmente exigível propor medidas concretas, nomeadamente modelos inovadores de organização e gestão dos cuidados de saúde que permitam, por um lado, melhorar a qualidade atual dos serviços de saúde prestados aos barcelenses – que está longe de ser a aceitável – e, por outro lado, atribuir prioridade a políticas de prevenção da doença e de promoção da saúde.---

-----O Partido Socialista entende assim que o modelo de Unidade Local de Saúde é o que melhor se adequa aos princípios referidos, propondo a constituição da Unidade Local de Saúde do Baixo Cávado, que integre o hospital de Barcelos (o que reforça a urgência da construção do novo hospital) e os centros e extensões de saúde dos concelhos de Barcelos e Esposende.-----

-----São hoje bem conhecidas as vantagens do modelo de Unidade Local de Saúde face aos modelos tradicionais de separação entre hospitais e centros de saúde.-----

-----As experiências das Unidades Locais de Saúde existentes demonstram que a integração de centros de saúde e hospitais permite melhorar o planeamento estratégico das atividades, com base numa melhor identificação das necessidades de saúde e numa definição mais clara da oferta dos cuidados a prestar às populações.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----O modelo de Unidade Local de Saúde permite também obter inúmeras vantagens para os utentes, colocando-os verdadeiramente no centro do sistema. A definição mais clara de circuitos entre os dois níveis de cuidados evita redundâncias, aumentando a eficiência, a acessibilidade, a diminuição dos tempos de espera e a satisfação dos utentes.-----

-----A constituição da Unidade Local de Saúde do Baixo Cávado, que consideramos imperiosa, possibilitará assim criar uma única entidade que passa a ser responsável pelo estado de saúde da população dos concelhos de Barcelos e Esposende.-----

-----Nestes termos, a ULS Baixo Cávado, para além da reorganização do modelo de prestação de cuidados de saúde atualmente existente, pretende pois ser a alavanca de inversão do processo de degradação do hospital de Barcelos a que acima aludimos.-----

-----Esta proposta não pretende ser só do PS. A causa que nos move é uma causa maior, suprapartidária.-----

-----O que nos move verdadeiramente é o interesse dos barcelenses e, sendo a saúde uma das preocupações maiores dos cidadãos, esta proposta é, antes de mais, um convite a todas as forças partidárias e independentes desta Assembleia. Todos juntos teremos mais força para reivindicar um projeto perfeitamente justo pelos seus fundamentos objetivos e, também, por este modelo estar já em prática aqui bem perto de nós e com bons resultados.-----

-----A ULS Baixo Cávado servirá cerca de cento e sessenta mil cidadãos e uma área de quatrocentos e setenta e quatro metros quadrados. A sua densidade populacional é de trezentos e trinta e oito por quilómetro quadrado.-----

-----Acreditamos que o modelo é financeiramente sustentável e, até, potenciador de importantes poupanças para o Estado (e para os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

contribuintes), sem colocar em causa – antes pelo contrário – a acessibilidade e equidade no acesso e a qualidade dos cuidados prestados.-

-----A ULS Baixo Cávado integrará as seguintes unidades de saúde:---

-----Hospital de Santa Maria Maior – Barcelos;-----

-----Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III - Barcelos/Esposende.-----

-----Em face do exposto, o grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Barcelos que delibere:-----

-----Um – Aprovar a presente proposta de constituição da Unidade Local de Saúde do Baixo Cávado.-----

-----Dois – Remeter a deliberação para as entidades públicas que tutelam a área da saúde, nomeadamente o Ministério da Saúde e a Administração Regional de Saúde do Norte, bem como para a Assembleia da República.-----

-----Barcelos, vinte e cinco de fevereiro de dois mil e catorze.-----

-----O grupo municipal do Partido Socialista”.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Senhores deputados, vamos à votação e depois à declaração de voto!-----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém faz favor de se levantar.-----

----- (Quinze, sendo doze do PSD, três do CDS-PP)-----

-----Algum dos senhores deputados quer fazer declaração de voto?---

----- Senhor deputado José Paulo Matias, faz favor.-----

DEPUTADO DO PS – José Paulo Matias – Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia.-----

-----O Partido Socialista de Barcelos defende um novo hospital em Barcelos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----São conhecidas as iniciativas políticas e institucionais da Câmara Municipal para acelerar o projeto, nomeadamente junto do Governo e da ARS Norte.-----

-----Estamos bastante preocupados.-----

-----A qualidade da oferta atual de cuidados de saúde aos cidadãos de Barcelos tem sofrido uma profunda degradação, nomeadamente na acessibilidade e na diversidade dos cuidados.-----

-----Verifica-se também a redução dos horários de atendimento nos centros de saúde, de que o Partido Socialista, recentemente, chamou a atenção.-----

-----Há hoje claramente uma estratégia que tem por objetivo esvaziar o hospital de Barcelos de valências e serviços e proceder à sua entrega à Santa Casa da Misericórdia.-----

-----Ora, nós, Partido Socialista, somos frontalmente contra isto! E seremos sempre contra esta situação, com todas as nossas energias.-----

-----Mas o PS entendeu que não bastava criticar e propôs que esta Assembleia Municipal aprovasse a constituição da Unidade Local de Saúde do Baixo Cávado, que integre o hospital de Barcelos e os centros e extensões de saúde dos concelhos de Barcelos e Esposende.-----

-----Regoziamo-nos pela aprovação da proposta. Esta proposta passou assim a não ser apenas do Partido Socialista, constituindo-se como uma deliberação desta Assembleia Municipal e vontade dos barcelenses.--

-----Esta Assembleia Municipal, através da presente deliberação, reafirmou pela segunda vez que não aceita a entrega do hospital de Barcelos à Santa Casa da Misericórdia e que, pelo contrário, pretende relançar o nosso hospital, integrado agora numa ULS, devolvendo-lhe a dignidade e o prestígio que parece pretender-se insistentemente retirar-lhe.-----

-----Esta Assembleia Municipal soube assim mais uma vez dizer que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

causa da saúde dos barcelenses, que nos move a todos, é uma causa maior, acima dos partidos e forças políticas.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado José Paulo Matias. Tem a palavra o senhor deputado Adélio Miranda.-----

DEPUTADO DO PSD – Adélio Miranda – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----É com grande regozijo que o grupo parlamentar do PSD assiste à forma empenhada como o PS e o executivo municipal se vêm envolvendo ultimamente em temas ligados à saúde.-----

-----Interessa, porém, no meio desta azáfama, fazer um ponto de ordem sereno e eficaz.-----

-----Eu pergunto:-----

-----Onde estão os compromissos já assumidos em relação à construção do novo hospital?-----

-----Onde está o terreno para nos podermos candidatar a fundos comunitários?-----

-----O PS e a Câmara desistiram desse projeto?-----

-----A Unidade Local de Saúde é um projeto que tem alguma validade.-----

-----Contudo, neste momento já faz parte do passado.-----

-----Há três anos que neste país não se constitui uma Unidade Local de Saúde.-----

-----Ultimamente, pelas avaliações independentes, considera-se o modelo de gestão de Centros Hospitalares superior ao modelo de Unidade Local de Saúde.-----

-----Interessa, portanto, sermos muito serenos nesta hora.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----O PSD tem apresentado várias propostas nesta matéria quer a nível nacional, quer a nível local.-----

-----A nível nacional os senhores deputados eleitos pelo distrito de Braga fizeram vários requerimentos ao Governo, nomeadamente em dois mil e doze e dois mil e treze, para que se constituísse um Centro Hospitalar centralizado em Barcelos servindo de contraponto ao grande hospital de escala Braga.-----

-----Também a nível local, na coligação Somos Barcelos e através de um conselho consultivo e de debate de ideias dentro do partido com uma temática ligada à saúde, na qual também fiz parte, existem várias ideias sobre a constituição desse Centro Hospitalar que estão vertidas de uma forma escrita.-----

-----Senhor presidente, achamos que seria então de ponderar muito bem esta ideia.-----

-----Devido à falta de um debate profundo, profícuo e produtivo, que é o que habitualmente não se faz, nós vivemos de ideias, de chavões, chegamos aqui e lançamos chavões, pomos à votação, mas ninguém debateu isto na sociedade civil. Isto tem que ser fruto de um grande debate entre os barcelenses e expurgando os populismos baratos e fáceis. Foi por isso que o grupo parlamentar do PSD se absteve na votação desta matéria.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado Adélio Miranda. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito boa-noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Senhores Jornalistas.-----

-----O Partido Comunista Português, no atual contexto, não se opõe à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

criação de Unidade Local de Saúde.-----

-----Defendemos a gestão dos serviços de saúde, em regime público, democrático e participado pelo poder local no âmbito dos sistemas locais de saúde.-----

-----No entanto, registamos que os considerandos da moção são uma desgraça.-----

-----Um hino do PS ao descaramento político.-----

-----Não estaremos nós recordados de quem fechou a maternidade e desclassificou a urgência hospitalar.-----

-----Quem prometeu um novo hospital até dois mil e doze e não cumpriu.-----

-----Quem diz lutar pelo novo hospital e nem o terreno adquiriu.-----

-----Quem negou a construção da extensão de saúde de Martim.-----

-----Quem assobiou para o lado no fecho da extensão de saúde de Alvito São Pedro.-----

-----Quem prometeu medicamentos para os idosos e esqueceu.-----

-----Quem cortou nos transportes dos doentes.-----

-----Quem fez ouvidos de mercador à existência de vinte mil utentes sem médico de família.-----

-----Quem promoveu políticas que levaram à perda da qualidade dos serviços de saúde.-----

-----Recordo ao PS, porque tem que ser bem recordado, que se alcança um serviço de saúde de qualidade investindo e não cortando, prosseguindo a política de esquerda e não a política de direita e acordos com a *troika*, defendendo o Serviço Nacional de Saúde e não o seu desmantelamento.-----

-----Não se pode vir aqui defender uma coisa e em Lisboa destruir aquilo que se defende em Barcelos.-----

-----Disse.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário Figueiredo. Tem a palavra o senhor deputado Mário Costa.-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Muito boa-noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----O Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta proposta. Achamos que todos os barcelenses e toda esta Assembleia devem cerrar fileiras na defesa do hospital de Barcelos e na defesa da qualidade de prestação dos cuidados de saúde no concelho. Uma luta a que demos um importante contributo com a moção que apresentámos aqui mesmo e foi aprovada unanimemente por todos os partidos e todos os presidentes de Junta que aqui têm assento e com o debate que nesta mesma sala realizámos.-----

-----Queremos também lembrar e saudar o trabalho do grupo de cidadãos que recolheu e entregou as assinaturas necessárias para que a questão seja debatida na Assembleia da República.-----

-----Esta proposta poderá fazer recuar o interesse da Misericórdia no nosso hospital. A criação de uma Unidade Local de Saúde dificultará à Santa Casa da Misericórdia a sua intenção de gerir o hospital e poderá criar uma articulação e sinergias positivas entre o hospital e os centros e extensões de saúde de Barcelos e Esposende.-----

-----Em defesa dos profissionais que lá trabalham, não concordamos com o que se pode depreender na proposta de que o hospital perdeu qualidade. Perdeu valências, isso sim, que poderá reganhar com a criação da Unidade Local de Saúde.-----

-----Também não concordamos com a responsabilidade do Partido Socialista neste processo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Foi a assinatura do contrato-programa do novo hospital de Braga, feita pelo Partido Socialista, quem liquidou a valência de obstetrícia e ginecologia do nosso hospital.-----

-----O PSD acusa constantemente o PS de ser o responsável pela não construção do novo hospital em Barcelos, culpando-o de não ter adquirido o terreno necessário para a sua implantação. Já o PSD teve tanto tempo para fazer o hospital sem nenhum resultado visível.-----

-----Nós achamos que uns e outros têm razão e que as culpas se repartem equitativamente pelos dois partidos.-----

-----A constituição desta Unidade Local de Saúde tem vantagens mas não será o remédio santo que irá resolver os problemas de saúde no nosso concelho. Depende de como vai ser gerida, do espírito que preside à sua constituição.-----

-----Em suma, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta proposta, mas especialmente a declaração do Partido Socialista de oposição da entrega do hospital à Misericórdia e a defesa do seu reforço de valências.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado Mário Costa. Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----O Partido Socialista apresenta uma moção por uma Unidade Local de Saúde.-----

-----Na sua proposta são elencados vários considerandos que merecem a nossa melhor atenção.-----

-----Assim, gostaríamos de afirmar o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----O CDS Barcelos sempre lutou pela construção de um novo hospital.-----

-----O PS diz também, mas desde que é executivo nunca disse qual o local nem anunciou a aquisição de terrenos necessários para submeter uma candidatura a fundos comunitários.-----

-----Recentemente a ARS Norte abriu concurso para o recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente, contrariando a tese da degradação do hospital.-----

-----O PS refere que há redução de horários no centro de saúde, mas não diz se ela se deve à falta de procura.-----

-----Também indicia que a tutela quer entregar o hospital à Santa Casa da Misericórdia e que se opõe. Nós, CDS, também. E a tutela já disse que não está nos planos a sua entrega. Nós também não esquecemos que o senhor presidente preferia gerir o hospital do que entregar à Santa Casa, mas isso não é possível.-----

-----O CDS também é um partido responsável e com responsabilidades e entendemos que devemos propor medidas concretas na área da saúde que levem a uma melhor organização e qualidade com ganhos de saúde para todos os cidadãos.-----

-----Mas o CDS entende que em matéria de saúde não devemos tomar medidas avulsas ou usar manobras políticas. É um assunto demasiado sério.-----

-----O PS propõe uma Unidade Local de Saúde porque entende que é o melhor modelo e serve-se de alguns exemplos. E convida todas as forças políticas partidárias a juntarem-se a esta causa.-----

-----Nós, CDS, entendemos que a ULS poderá ser uma hipótese, mas também entendemos que há outras alternativas e podemos indicar que uma delas poderá passar pela constituição de um Centro Hospitalar que tenha o nosso hospital como um pólo fundamental e que possa servir de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

alternativa ao hospital de Braga ou até ser complementar a este.-----

-----O PS ao invocar o apoio de outras forças políticas por uma matéria tão importante, entendemos que seria mais oportuno haver uma discussão alargada, nem que para isso se constituísse uma comissão municipal de forma a elaborar um estudo detalhado, uma discussão ampla, de forma a encontrar qual a melhor solução para a saúde em Barcelos.-----

-----Assim, entendemos votar pela abstenção desta proposta.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Está terminado este ponto, hoje a declaração política nesta sessão compete ao Partido Social Democrata.-----

-----Tem a palavra o senhor deputado José Novais.-----

DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras, Senhores e Excelentíssima Comunicação Social.-----

-----A feira de Barcelos é um mercado, um espaço onde se expõem e vendem mercadorias, cuja origem remonta a tempos imemoriais.-----

-----Na feira encontramos atividades económicas muito diversificadas: produtos agrícolas, artesanato, equipamentos, artigos da mais variada espécie.-----

-----Os feirantes são as pessoas que dão vida às feiras e é nas feiras que ganham as suas vidas e sustentam as suas famílias.-----

-----Vão de terra em terra para vender nas feiras (normalmente) semanais, numa atividade intensa de montar e desmontar tendas para exposição dos seus artigos e produtos.-----

-----O dia de trabalho dos feirantes começa muito cedo e termina muito tarde, todos os dias, na feira e em casa a organizar os seus artigos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

produtos.-----

-----Os feirantes não têm vida fácil, há dias em que vendem bem e dias em que não vendem nada, mas as suas despesas são as mesmas e as exigências legais para o exercício desta atividade têm aumentado.-----

-----O sucesso do negócio dos feirantes depende diretamente das boas condições do clima.-----

-----Um bom clima traz mais pessoas à feira e um mau tempo recolhe as pessoas em casa, não vão à feira, apenas vão por absoluta necessidade e, nesses dias, os feirantes não vendem.-----

-----Nos últimos tempos os feirantes têm acumulado dificuldades devido ao continuado mau tempo às quintas-feiras, o que lhes causa uma continuada falta de negócio na feira de Barcelos.-----

-----Sendo a feira de Barcelos um ex-líbris do concelho, visitada por pessoas de todo o concelho e limítrofes, tem de ser acarinhada pela Câmara.-----

-----Sendo um cartaz turístico para Barcelos, os feirantes (que dão vida à feira) precisam da compreensão das autoridades quando estão em causa motivos naturais que os impedem de exercer a sua atividade.-----

-----Quando não existem condições naturais para o exercício da atividade dos feirantes, a administração da feira deverá considerar medidas excecionais em matéria de pagamento de taxas durante esse período.-----

-----Porque a feira é o sustento económico de muitas famílias barcelenses e quando não há feira (ou a feira é fraca) os feirantes não ganham as suas vidas e o sustento das suas famílias torna-se mais difícil.--

-----Por isso, a Câmara deve analisar o pedido efetuado pelos feirantes e atender à particularidade desta atividade económica, cujo sucesso está muito dependente das condições climatéricas.-----

-----Consideramos justa a pretensão de suspensão do pagamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

taxas e/ou isenção parcial no pagamento de taxas.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado José Novais. Em relação ao tempo remanescente ele deve ser distribuído de forma equitativa pelos grupos municipais, de maneira que aceitam-se inscrições. Calculo que existam cinco minutos, números redondos, para cada grupo municipal. Portanto, quem deseja intervir, aceitam-se inscrições!-----

-----Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. Serei breve, aproveitarei só este tempo para questionar a Câmara Municipal de Barcelos se vai atender aos pedidos que os feirantes fizeram quanto à isenção de taxas devido à quebra de vendas com as intempéries.-----

-----Aproveito também para dar um recado ao PSD, que acho estranho que esteja preocupado com a atitude do São Pedro e depois não está preocupado com a atitude do Governo. É que se os feirantes vendem pouco porque o tempo está mau, que é verdade, também vendem pouco porque o poder de compra dos portugueses reduziu e muito. E nós sabemos quem é que tem culpa, não sabemos? Ou também é o São Pedro?-----

-----É que a política prosseguida pelo PSD e o CDS, de cortes nos salários, de cortes nos apoios sociais, leva a estas desgraças. E não é só aos feirantes. E era isso que eu pensei que o senhor ia dizer, mas o senhor José Novais esqueceu-se. Pronto, tem a oportunidade de vir cá responder.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Costa.-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Muito boa-noite, mais uma vez. Não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

venho aqui de facto falar da feira, mas venho falar do PSD e deste Governo em particular.-----

-----De facto o PSD e o CDS, falar deles é falar de uma tragédia, de um povicídio por contraponto a um regicídio, um termo que se poderia adequar a um Governo que mata o seu povo.-----

-----Luís Montenegro, em entrevista ao Jornal de Notícias, disse tudo sem querer: “A vida das pessoas não está melhor mas o país está muito melhor”; acrescento eu, mesmo que ninguém tenha dado por isso.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – O senhor deputado Firmino Silva nas próximas eleições, se for eleito presidente da Assembleia Municipal, intervém e interrompe. Desculpe, quem decide aqui o regimento sou eu e a mesa e se tiver dúvidas ponho à votação da Assembleia. Mas o senhor está tão incomodado com as críticas que o senhor deputado está a fazer ao PSD, é, senhor deputado? Não? Pronto, então faz favor de se sentar, senhor deputado.-----

-----Senhor deputado Mário Costa, faz favor de continuar a sua intervenção.-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Muito obrigado, senhor presidente. Queria ainda referir as declarações de Pedro Passos Coelho, o nosso primeiro-ministro, em entrevista ao Jornal I, agradecendo à *troika* por conduzir o país ao caminho da estabilidade, fazendo um balanço positivo da situação económica de Portugal nestes últimos três anos.-----

-----Já Cavaco Silva, o presidente da República, este presidente PSD, disse em dois de outubro passado que é puro masoquismo dizer que a dívida é insustentável, quando o FMI, o BCE, os nossos credores, dizem que a dívida é sustentável.-----

-----Mas em Março de dois mil e onze dizia que um défice externo elevado e permanente é por definição insustentável. E em janeiro de dois mil e treze ainda dizia que é essencial que todos compreendam que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

dificuldades que Portugal atravessa derivam de um nível insustentável da dívida do Estado e da dívida do país para com o estrangeiro.-----

-----Com tão transparentes e esclarecedoras declarações contra as dificuldades por que os portugueses e o país atravessam, ficamos todos esclarecidos e sossegados.-----

-----O PSD tem tanto de que se orgulhar sobre o país quanto o PS tem relativamente ao nosso concelho nestes últimos mandatos do Partido Socialista. A receita é a mesma: austeridade e falta de competência na aplicação de medidas que tirem o país e o nosso concelho do marasmo e do atraso, do desemprego e da miséria em que mergulharam já milhões de portugueses.-----

-----O PSD no concelho tem um legado demasiado pesado para que se possa falar nele.-----

-----Em mais de trinta anos de poder deixou-nos um concelho com uma economia em derrocada, com a indústria têxtil arruinada, com a agricultura sem o peso relativo de outros tempos, sem turismo, com um comércio sempre débil e incipiente, com uma rede de distribuição de água ao domicílio largamente insuficiente, sem rede de saneamento. Pretextos para a concessão ruinosa à Águas de Barcelos.-----

-----Um rio completamente poluído e inutilizável que se converteu de uma dádiva da natureza numa chaga que é preciso recuperar, gastando-se muitos milhões.-----

-----Uma rede de estradas municipais em péssimo estado, fator de atraso e subdesenvolvimento.-----

-----Um Teatro Gil Vicente fechado durante décadas.-----

-----Uma cidade sem cultura nem animação que perdeu a corrida com as cidades vizinhas.-----

-----A espaços, o CDS e o PS lá tiveram alguns pelouros, participando nestes anos de políticas de tão má memória.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Portanto, não vale a pena falar nem ter a coragem de argumentar em favor destas políticas que pertencem ao passado e que têm de uma vez de serem encerradas na gaveta da história para que se encetem novas com novos atores capazes de reporem o país e o nosso concelho na senda do progresso e do bem-estar.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Néelson Brito.-----

DEPUTADO DO PS – Néelson Brito – Muito boa-noite. Senhor Presidente da Assembleia, demais Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----É interessante, eu compreendo que o senhor deputado José Novais nesta fase, enfim, esteja interessado em ser simpático para com os feirantes, compreende-se no período em que vive, e, portanto, temos que considerar que estas declarações também são feitas nesse contexto.-----

-----Em todo o caso há aqui um ponto que já foi referido, e que eu tomo a liberdade, a clara incompetência da Câmara Municipal para resolver o problema que tem a ver com a chuva que cai ou não cai, nos dias em que cai ou não cai, porque isso realmente está completamente fora do alcance da Câmara Municipal – e que eu saiba qualquer um dos aqui presentes e ausentes –, para resolver esse problema.-----

-----Em todo o caso convém lembrar que esta Câmara Municipal tem tomado medidas efetivas, concretas, para melhorar a vida do comércio tradicional em geral aqui no nosso concelho, do comércio e da indústria, não é só dos comerciantes da feira, mas deles também, porque lhes baixou, sem precedentes, as taxas de exploração dos espaços. Enquanto o executivo municipal PSD até dois mil e nove foi progressivamente aumentando essas taxas, o que aconteceu desde então foi que em termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

reais essas taxas diminuíram significativamente e em termos nominais também diminuíram. E uma coisa é certa, não tem qualquer comparação o tipo de política amiga do comércio, amiga da economia, que a nível local foi prosseguida a partir de dois mil e nove por contraste àquela que vinha vigorando no passado. E estamos a falar do pequeno comércio, dos pequenos comerciantes, das pequenas e médias indústrias, não estamos a falar dos grandes agentes económicos, que aí talvez a política fosse diferente no passado, e, portanto, convém lembrar isso. Porque não é só chegar aqui e vir dizer que agora se apoia uma medida qualquer, excecional, para compensar a chuva extra das quintas-feiras. É preciso fazer história e o senhor deputado José Novais já tem idade suficiente e experiência suficiente nesta Assembleia e responsabilidades no passado para, se se lembrar bem delas, não vir aqui com esta facilidade e esta ligeireza apresentar esta ideia como se o executivo municipal não tivesse feito já muito mais do que aquilo que o senhor deputado veio aqui propor. Portanto, redução de taxas já foram feitas.~

~Pedimos meças ao PSD para comparar o que fizeram os senhores com o que foi feito até agora, é ver o que aconteceu ao nível do licenciamento de indústrias que andavam aqui há décadas – algumas delas – por licenciar, tem-se feito um esforço nesse sentido.~

~É ver o que é que a Câmara Municipal fez em termos de redução dos prazos de pagamento, que esses, sim, são muito importantes para colocar tesouraria nas empresas, nas pequenas empresas, porque são essas que não têm acesso ao financiamento nos dias que correm.~

~Portanto, tudo isto são medidas que são a favor da economia local e não apenas e só de repente chegar aqui com uma ideia avulsa para colocar e para propor em período que nós conhecemos muito bem.~

~E em relação à feira, que é uma montra. É, sim, senhor. Estamos completamente de acordo aí, senhor deputado. Eu lembro-me de ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

ouvido uma proposta nesta Assembleia aqui há uns anos atrás, que era a construção de um edifício não sei de quantos andares no campo da feira. Não foi o PS que propôs isso, senhor deputado. Que eu saiba não foi o PS, mas opôs-se a isso! E felizmente não foi feito lá o prédio, porque se tivesse sido feito, lá se ia a montra, escacava a montra toda, mas foi o seu partido que defendeu isso. É bom lembrar-lhe.-----

-----Por outro lado, e finalmente, também já aqui foi focado que é evidente que há menos procura e há crise no comércio. Há crise também no comércio na feira porque as pessoas perderam o seu emprego, viram os seus salários reduzidos e isso resultou de políticas ativas sim mas do Governo central, que tiveram consequências desastrosas ao nível da economia que nós sabemos. Por exemplo, aumento do IVA, etc. e por aí fora...-----

-----Acho que nós temos todos que fazer uma reflexão muito séria sobre este tipo de propostas, porque não é com propostas demagógicas e ligeiras que se chega aqui, mas que também deixa bem demonstrado que falta um pensamento estratégico e uma visão de futuro de médio e longo prazo para a economia deste concelho.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Novais, para direito de resposta.-----

DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

-----Direito de resposta para dizer o seguinte:-----

-----Nos termos regimentais, está estabelecido o período de antes da ordem do dia subdividido em dois temas: os vinte minutos para uma intervenção do género da que foi feita e os quarenta minutos, em regime de rotatividade, para o partido a seguir para apresentar uma proposta. E foi nesses termos que eu apresentei esta proposta, senhor deputado Nélon



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Setenta e três votos na Lista A;-----

-----Trinta votos na Lista B.-----

-----Para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios:-----

-----Onze votos brancos;-----

-----Setenta e três votos na Lista A;-----

-----Trinta votos na Lista B.-----

-----Para a Associação Nacional de Municípios Portugueses:-----

-----Onze votos brancos;-----

-----Setenta e dois votos na Lista A;-----

-----Trinta e um votos na Lista B.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Depois os serviços da Assembleia Municipal transmitirão a quem de direito o resultado destas eleições.-----

-----Vamos passar então ao período da ordem do dia, em que iniciamos pela aprovação da ata da sessão de vinte e sete de dezembro de dois mil e treze.-----

-----Assim, colocamos à votação a dispensa da leitura da ata de vinte e sete de dezembro de dois mil e treze.-----

-----Quem vota contra, faz favor, levanta-se.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém, faz favor, levanta-se.-----

----- (Uma do CDS-PP)-----

-----Foi dispensada a leitura da ata por maioria com uma abstenção.-----

-----Aprovação da ata.-----

-----Quem vota contra, por favor, levanta-se.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém, por favor, levanta-se.-----

----- (Dois, sendo um do PSD, um do CDS-PP)-----

-----Aprovada por maioria com duas abstenções.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Passamos então ao ponto dois: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à constituição da Régie Cooperativa “Barcelos Cultura, Educação e Desporto” e respetivos estatutos.-----

-----Quem se inscreve?-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, faz favor de usar da palavra.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. Após uma primeira solução de fusão das empresas municipais rejeitada categoricamente pelo Tribunal de Contas, a Câmara Municipal de Barcelos propõe uma segunda solução: a criação de uma cooperativa.--

-----Todo este processo político em torno da atividade empresarial local que envolve Governo e autarquia merece as seguintes considerações:-----

-----O Governo PSD/CDS com a lei que aprova o regime jurídico da atividade empresarial, com o apoio do PS e a ambiguidade dos seus autarcas, não tem como objetivo o combate ao despesismo e nepotismo que reina em várias empresas municipais;-----

-----O Governo PSD/CDS e PS pretendem com esta lei pressionar as autarquias, obrigando-as a alterar a atividade empresarial local não de forma serena e responsável que proteja o serviço público e os trabalhadores mas de forma abrupta que crie condições para a privatização desses serviços e que se extinga, também por essa via, postos de trabalho.-----

-----Concluimos, também, que a proposta eleitoral do PS de extinguir as empresas municipais foi mais um trunfo batoteiro de campanha eleitoral. O PS, tal como na concessão da água e outras propostas, abordou esta matéria de forma leviana e demagógica, preocupado, unicamente, em navegar na onda do populismo, pois nem mesmo forçado pela lei cumpre o que afirmou em campanha eleitoral.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Consideramos até estranho que a Câmara Municipal de Barcelos não equacione, em nenhum momento, a internalização dos serviços, tendo em conta que:-----

-----A lei prevê essa possibilidade;-----

-----Foi proposta do PS em campanha eleitoral;-----

-----E a Câmara Municipal já *“desenvolve a esmagadora maioria dos serviços que estavam a ser desenvolvidos pelas empresas municipais”*, conforme admitem os vereadores eleitos do PS na sua declaração de voto.-

-----Aliás, mesmo afirmando, sem demonstrar, que estão ponderados ganhos de eficiência e eficácia, a proposta não clarifica em parte alguma que a constituição da cooperativa é mais vantajosa do que a internalização dos serviços.-----

-----Entendemos, por isso, que a constituição da cooperativa é um passo significativo na direção do real objetivo da lei: a privatização.-----

-----Esta solução comporta perigos para o futuro dos serviços públicos prestado pelas empresas municipais pois cria e abre espaço à participação de capital privado, conforme está estipulado no número um do artigo terceiro dos estatutos e na declaração de voto dos vereadores do PS.-----

-----É certo que na sua constituição, conforme os estatutos, o município terá o controlo total da cooperativa.-----

-----No entanto, esse facto poderá ser temporário, visto que se perspetiva o domínio da cooperativa pelo capital privado, pelo aumento de capital, conforme está estipulado nos números quatro e cinco do mesmo artigo terceiro.-----

-----Os estatutos não são esclarecedores, são mesmo omissos, apesar da obrigatoriedade legal, quanto à possibilidade e condições de alienação de capital da parte pública. Seria importante esclarecer pois, caso seja alienado no futuro, o município perde dessa forma a sua participação na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

cooperativa.-----

-----Recordo João Salazar Leite, estudioso sobre a organização das cooperativas, com ligação à Cooperativa António Sérgio, que afirmou num estudo seu de fevereiro de dois mil e onze. Passo a citar:-----

-----“*O Estado ou outras entidades públicas que nelas participem devem sempre deixá-las, não devem lá permanecer nem mais um dia, quando os parceiros privados forem capazes de manter os serviços prestados sem apoio público*”, fim de citação.-----

-----Note-se, também, conforme está estipulado no artigo décimo sétimo dos estatutos, a possibilidade de exoneração da parte pública, por deliberação da Assembleia Municipal, sem que isso represente a dissolução da cooperativa, transformando a Régie Cooperativa em cooperativa de serviços, isto é, em caso de exoneração pública se os membros privados quiserem continuar o negócio basta que cumpram a realização do capital mínimo, neste momento cinquenta mil euros.-----

-----A proposta não elimina os aspetos negativos das empresas municipais: a existência de cargos sociais nomeados e remunerados.-----

-----A cooperativa prevê a existência de nove cargos sociais remunerados, três por cada órgão social, sendo o valor das remunerações estipulado em assembleia geral.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos consagra no artigo trinta e nove dos estatutos a possibilidade da direção da cooperativa, que é constituída por representantes do município, de nomear um diretor executivo, gerentes e mandatários, abrindo claramente espaço, e não combatendo, a lugares remunerados nomeados por vontade do executivo.-----

-----O PS esqueceu-se de quando fazia oposição e defendia, com razão, o fim dos cargos remunerados nas empresas municipais.-----

-----O PS quer se internalizar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----A proposta não garante em momento nenhum a autonomia financeira e é omissa sobre as fontes de receita da cooperativa.-----

-----A Câmara Municipal deverá esclarecer a Assembleia Municipal sobre este facto.-----

-----É preocupante não haver qualquer referência ao destino dos duzentos e cinquenta e um trabalhadores que desempenham funções nas empresas municipais. É importante esclarecer se a Câmara Municipal de Barcelos vai manter todos os postos de trabalho. É, igualmente, importante que a Câmara Municipal de Barcelos esclareça a Assembleia Municipal quantos trabalhadores com funções nas empresas municipais têm vínculo ao município.-----

-----Esta proposta torna a Câmara Municipal de Barcelos parceira do Governo na busca do real objetivo da lei: criar as condições necessárias para a privatização do serviço público.-----

-----Em defesa dos postos de trabalho, em defesa dos serviços públicos, o Partido Comunista vota contra mais uma pseudo-solução apresentada pelo executivo do Partido Socialista.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Costa.-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Muito boa-noite, mais uma vez. Não era só o Bloco de Esquerda que se opunha à existência das empresas municipais. O Partido Socialista também tinha essa posição... Mas isso foi ainda no seu tempo de oposição ao PSD na Câmara de Barcelos!-----

-----O principal argumento do Partido Socialista, para não cumprir a promessa de as extinguir, é exatamente a manutenção dos postos de trabalho. Ora o que todos pretendemos é extinguir as empresas municipais e não a sua atividade, muito menos os postos de trabalho que lhes são inerentes.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Neste grave contexto de crise e desemprego, já o dissemos por muitas vezes, a Câmara Municipal deve ser uma dinamizadora de emprego e não uma destruidora de emprego. Por isso todos os verdadeiros postos de trabalho existentes nas empresas municipais e não os cargos de administração que foram criados – primeiro pelo PSD e depois mantidos pelo PS – têm de ser assegurados, quer pela integração ou reintegração dos trabalhadores nos quadros do município, quer por outro qualquer vínculo laboral, válido e seguro.-----

-----Já na Assembleia Municipal de vinte e dois de fevereiro de dois mil e treze, em que foi discutida a fusão das empresas municipais mediante a incorporação da Empresa Municipal de Desportos de Barcelos (EMDB) na Empresa Municipal de Educação e Cultura (EMEC) o Bloco de Esquerda votou contra essa proposta de fusão, manifestando-se a favor da extinção dessas duas empresas municipais, salvaguardando a manutenção dos postos de trabalho das pessoas, os seus direitos e expectativas. E, em comunicado de imprensa, justificámos tê-lo feito tendo em conta as seguintes considerações:-----

-----Um – A gestão dos dinheiros públicos deve ser rigorosa, ponderada e fiscalizada pelo órgão competente: a Assembleia Municipal. O Bloco de Esquerda defende que tudo o que é feito para a população em geral deve ser da responsabilidade pública e que deve haver uma avaliação pública do seu desempenho;-----

-----Dois – É necessário uma absoluta transparência nas contas públicas e é preciso combater o desperdício financeiro, com a consequente responsabilização das mesmas por parte das entidades e sujeitos intervenientes.-----

-----A recente proposta de criação de uma Régie Cooperativa pelo atual executivo da Câmara Municipal não passa de uma manobra de contorcionismo político para contornar o chumbo do Tribunal de Contas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

à tentativa de fusão das duas empresas ensaiada pelo Partido Socialista.---

-----A própria existência das empresas municipais era uma autêntica ficção, já que nenhuma das duas possuía receitas próprias e eram mantidas por subsídios e transferências do orçamento municipal para a esmagadora maioria das atividades que dinamizavam.-----

-----O PS gosta muito de citar o Anuário dos Municípios Portugueses a propósito da já célebre eficiência financeira. Mas a verdade é que no mesmo anuário vem, preto no branco, que sessenta por cento das receitas da Empresa Municipal dos Desportos de Barcelos (EMDB) provêm de subsídios, sendo os restantes quarenta por cento de receitas próprias. E a Empresa Municipal de Educação e Cultura (EMEC) tem apenas dez por cento de receitas próprias!-----

-----É com base neste facto tão indesmentível que a lei obrigava a Câmara de Barcelos a fundir as duas empresas e agora o Tribunal de Contas acabou por chumbar esta fusão!-----

-----Daí o recurso desesperado do PS a uma Régie Cooperativa para tentar salvar os cargos de administração e direção, generosamente remunerados, que foram criados e distribuídos a apaniguados seus.-----

-----O voto favorável do PSD e do CDS a esta “cooperativa” cujo capital é detido pelo município não espanta, antes pelo contrário. Domingos Araújo, presidente da Comissão Política de Barcelos do PSD e ex-secretário de Fernando Reis, já foi presidente do conselho de administração da EMEC. O PSD foi quem criou as empresas municipais. O CDS está preso ao PSD por uma coligação eleitoral, tem um vereador no executivo camarário e está na sua natureza o ataque ao setor público.-----

-----Já o Bloco de Esquerda mantém-se firme nas suas atitudes e princípios. As empresas municipais de Barcelos não têm razão de existência e devem ser extintas, passando as suas competências para a alçada direta dos vereadores e funcionários da autarquia. A criação da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Régie Cooperativa não passa de uma pseudo-solução para tentar manter os cargos e mordomias que foram criados no tempo do PSD e que passaram para as mãos de elementos afetos ao Partido Socialista quando da sua vitória na autarquia.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Jaime Dantas.-----

DEPUTADO DO MIB – Jaime Dantas – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Secretários da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Jornalistas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito boa-noite.-----

-----A posição do grupo municipal do MIB relativamente às empresas municipais é clara e conhecida: somos e sempre fomos a favor da sua extinção.-----

-----Mantemos essa opinião por duas razões: coerência e convicção.--

-----Primeiro, porque, ao fazê-lo, estamos em total conformidade com o nosso programa eleitoral, pois o que na altura propusemos aos barcelenses nesta matéria, continuaremos a reafirmá-lo as vezes que forem necessárias, visto que temos e sentimos a responsabilidade de representar da melhor forma aqueles que confiaram em nós.-----

-----Segundo, por uma questão de princípio – o da racionalização de custos – pois acreditamos noutro modelo de gestão municipal que passa naturalmente pela eliminação das empresas municipais, neste como noutro qualquer concelho. Entendemos que estes serviços deverão ser reintegrados nos pelouros da Câmara Municipal (donde, de resto, nunca deveriam ter saído) e tutelados pelos respetivos vereadores. Desta forma não haveria sobreposição de cargos/funções, multiplicidade de recursos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

nem despesismo supérfluo.-----

-----Sobre esta intenção da Câmara Municipal em constituir a Régie Cooperativa “Barcelos Cultura, Educação e Desporto”, é no mínimo curioso que seja agora defendida pela maioria PS, quando no passado recente se batiam precisamente pela extinção das empresas municipais. Perdem assim uma excelente oportunidade para serem consequentes com aquilo que preconizavam na altura em que lideravam a oposição ao executivo camarário. Ora, em vez disso, engendraram uma forma habilidosa de contornar a decisão desfavorável do Tribunal de Contas em não aprovar a fusão das empresas municipais por não cumprir os requisitos legais, designadamente a falta de sustentabilidade económico-financeira. Mesmo o processo de fusão que acabaram por desenvolver fizeram-no a custo, pois era prometido, ano após ano, mas nunca cumprido. Só avançaram com ele, muito tardiamente, porque foram obrigados pela força da legislação do Governo da República, visto que, se nada fosse feito, as empresas municipais seriam automaticamente extintas. Estamos convictos que havia uma clara vontade de deixar tudo na mesma tal como tinham herdado do executivo anterior.-----

-----Mas voltando à Régie Cooperativa, vemos a sua criação como uma tentativa desesperada de manter os privilégios dos mesmos de sempre. A manutenção dos postos de trabalho, como advogam, é o argumento conveniente. Consideramos que esta é uma falsa questão, pois, como todos os serviços prestados pelas empresas municipais já existiam antes da sua criação, é evidente que os funcionários e, sublinhamos, os estritamente necessários, deveriam ser readmitidos no município.-----

-----Queremos aqui alertar também para o facto de não haver qualquer controlo sobre o funcionamento da cooperativa. Os próprios estatutos preveem que os vencimentos a auferir, por exemplo, sejam decididos internamente e de forma arbitrária. Além disso, admitem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

possibilidade de todos os corpos sociais serem remunerados. São três os órgãos sociais – a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal – e muitos os cargos inerentes: a direção será composta por três membros (um presidente, um tesoureiro e um secretário) que, por sua vez, pode nomear um diretor executivo, vários gerentes e mandatários, isto além do conselho fiscal, também constituído por três elementos, comissões especiais, etc. Trata-se, em nosso entender, de uma máquina excessivamente pesada e com elevados custos para o erário público.~

~É precisamente este modelo organizacional e de funcionamento da Câmara Municipal que nós criticamos e contestamos. Por isso, como a proposta em discussão colide com princípios fundamentais que assumimos na sua plenitude, votaremos naturalmente contra a constituição da Régie Cooperativa “Barcelos Cultura, Educação e Desporto”.~

~Muito obrigado.~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva.~

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssima Mesa, Excelentíssima Câmara, Senhores Membros desta Assembleia, Excelentíssimo Público, Minhas Senhoras e Meus Senhores.~

~As minhas primeiras palavras, antes de entrar no tema propriamente dito, serão, como não podia deixar de ser, para alguns episódios que aqui se passaram anteriormente.~

~Eu não posso aceitar e não me calarei enquanto esta Assembleia pactuar com violações da lei e do regimento. E muito mais quando essa violação à lei e ao regimento vem de quem tem a principal obrigação de zelar pelo seu cumprimento.~

~Vem isto a propósito, senhor presidente da Assembleia, de duas graves violações que Vossa Excelência cometeu aqui ao regimento e à lei.~



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Em primeiro, deixe-me dizer-lhe que em lado algum está previsto, na lei e no regimento, que Vossa Excelência autorize o presidente da Câmara a fazer uma intervenção sobre algo com que nós fomos confrontados de surpresa nesta Assembleia, independentemente do tema que lhe está subjacente, não vou aí entrar. Agora o que Vossa Excelência fez, Vossa Excelência foi autor e ator, em concertação com o senhor presidente da Câmara, de uma jogada de oportunismo político, que foi o que se passou aqui. Espanta-me que mais nenhum elemento desta Assembleia se tenha insurgido contra este golpe que foi aqui praticado. Espanta-me isso!-----

-----Depois queria voltar a falar de outra violação que houve aqui ao regimento.-----

-----Nós no período de antes da ordem do dia, no artigo décimo segundo deste regimento, o número três, alínea c), diz: “*Até quarenta minutos para apresentação por parte de um grupo municipal, em regime de rotatividade, de uma intervenção política de fundo, cuja duração não ultrapasse dez minutos, sendo que o tempo remanescente ficará destinado para a discussão desse mesmo assunto de forma equitativa*”. Ou seja, o PSD fez a sua intervenção, os senhores deputados têm que vir aqui e falar daquela intervenção. E o senhor deputado Mário Costa foi conivente e foi participante nesta autêntica violação a este regimento. E Vossa Excelência, o senhor presidente da Assembleia, tem que intervir e tem que pôr fim a estes atropelos ao regimento.-----

-----Mas mais, eu quando quis falar foi para pôr fim a uma violação à lei e ao regimento, e não me foi permitido. E houve pessoas nesta sala que bateram palmas. Eu chamo a atenção também para Vossa Excelência que ninguém pode se manifestar do género de bater palmas ou intervir. E Vossa Excelência tem a obrigação de chamar a atenção dessas pessoas, isso está previsto no artigo quadragésimo nono da Lei setenta e cinco, dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

mil e treze, de doze de setembro, que diz o seguinte o número quatro: “*A nenhum cidadão é permitido intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas...*”. Eu faço aqui um apelo a Vossa Excelência para que o regimento seja cumprido. E se quer a minha intervenção nesta Assembleia, eu exijo que o regimento seja cumprido, porque senão eu não estou aqui para palhaçadas.~

~Em relação à cooperativa de interesse público – e vou ao que me trouxe aqui – a figura da cooperativa de interesse público não é algo de novo, que tenha sido agora descoberto pelo executivo camarário, encontrando-se prevista e regulada desde mil, novecentos e oitenta e quatro.~

~A Câmara Municipal de Barcelos, com esta proposta, limitou-se a seguir o que os outros executivos municipais têm feito às suas empresas municipais.~

~Percebe-se a intenção do executivo municipal ao propor a sua criação, de agrupar os seus serviços hoje prestados pelas duas empresas municipais sob a alçada desta nova entidade.~

~A extinção das empresas municipais é, como sabemos, uma imposição legal e vai daí, uma das formas encontradas para legalmente ultrapassar esta proibição é a criação de cooperativas de interesse municipal.~

~Como sabemos, as empresas municipais têm sido um sorvedouro de dinheiros públicos e que têm servido, muitas delas, para colocar e recompensar atores políticos conotados com o executivo municipal em funções.~

~Esperamos sinceramente, estaremos aqui para o ver, que esta alteração não seja apenas uma operação de cosmética, mudando apenas a denominação e ficando o mais como até aqui.~

~O que se exige da nova entidade, sob a figura de cooperativa, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

que deixe de representar um encargo para os cofres do município, que seja vista como um motor de desenvolvimento cultural, desportivo e educacional do concelho de Barcelos, impulsionada por profissionais e não por meros clientes políticos.-----

-----Poderíamos aqui levantar algumas questões quanto a esta cooperativa, como sejam se a participação pública do município não será excessiva, pois que deterá noventa por cento do capital social, se não seria mais transparente, desde logo, identificar nos estatutos quais os cargos sociais a remunerar, e outras questões que certamente haveria a colocar.~

-----Apesar disto, e entendendo a figura da cooperativa como uma via possível para resolver o problema das empresas municipais, o grupo municipal do CDS vai votar favoravelmente a presente proposta.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Antes de dar a palavra ao próximo senhor deputado que vai intervir, tenho que responder ao senhor deputado Firmino.-----

-----Em primeiro lugar, tenho que lhe dizer – vou repetir – no início da sessão das Assembleias Municipais, e se vir a lei que eu mencionei, que é de doze de setembro de dois mil e treze, há o dever de apresentar à Assembleia Municipal relatórios de auditoria emitidos. Posso-lhe voltar a mencionar o artigo, isso está perfeitamente previsto no artigo vinte e cinco, número dois, alínea g). Isso é um dever de apresentar à Assembleia Municipal.-----

-----Na minha primeira Assembleia Municipal apresentei aqui um relatório dos revisores oficiais de contas sobre a situação económica e financeira da autarquia de Barcelos. Portanto, não é a primeira vez que o faço e voltarei a continuar a fazer no futuro.-----

-----Agora eu tenho o direito, atendendo à complexidade do assunto, de convidar, e neste caso como expliquei, o senhor presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

a fazê-lo.~

~Eu deixei que o senhor deputado Firmino interviesse agora porque efetivamente, como eu o fiz no início, o senhor não tinha direito a intervir e muito menos em falar em termos de concertação. Isso é que pode ser uma palhaçada da sua parte o senhor chamar esse nome.~

~Em relação à questão do regimento, efetivamente todo o tema que se relaciona com a feira de Barcelos é de facto uma coisa paradigmática do concelho de Barcelos, tem todo um enquadramento económico e social. Eu tinha que deixar que o senhor deputado Mário Costa fizesse a sua intervenção, e ao fim de pouco tempo o senhor já estava a querer interrompê-lo. A mesa é que tem o direito de interromper os senhores deputados, não é o senhor deputado Firmino. Desculpe, eu ouvi-o há bocado, julgo que lhe dei uma lição de democracia. O senhor falou e eu ouvi-o. Nós temos que seguir regras democráticas e não vale a pena vir para aqui, digamos, invocar a legislação que efetivamente o senhor até desconhece, porque aqui está expresso, lamento imenso dizer-lhe.~

~Vou passar a palavra ao próximo deputado da Assembleia Municipal.~

~Tem a palavra o senhor deputado João Lourenço.~

DEPUTADO DO PS – João Lourenço – Senhor Presidente, Senhora Secretária e Senhor Secretário da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caras Deputadas e Caros Deputados.~

~A proposta da Câmara Municipal que ora temos para discussão, que é a aprovação dos estatutos para a constituição de uma Régie Cooperativa, ou cooperativa de interesse público, denominada “Barcelos, Cultura, Educação e Desporto” corresponde à consecução da proposta que esta Câmara sempre defendeu de fundir as duas anteriores empresas municipais criadas pelos executivos da responsabilidade do PSD.~



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Fiel a este desiderato, a Câmara Municipal liderada por Miguel Costa Gomes promoveu e programou a fusão das anteriores empresas e submeteu a proposta ao visto do Tribunal de Contas. Contudo este tribunal, no âmbito das suas funções, considerou que atividades docentes como as que comportam uma Escola Profissional não poderiam caber na gestão de uma empresa municipal. Ou seja, foi a Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos que, na prática, inviabilizou a fusão das empresas municipais.-----

-----Perante esta dificuldade, a Câmara Municipal estudou alternativas e em boa hora se decidiu por uma cooperativa de interesse público que não só ultrapassa os problemas colocados pelo Tribunal de Contas, como agiliza muito os serviços, e aporta significativas vantagens, salientando-se uma maior abertura da instituição à chamada sociedade civil. Com efeito o município subscreverá noventa por cento dos títulos de capital, mas deixará a parceiros privados, coletivos ou individuais, os restantes dez por cento.-----

-----O seu objeto social é gerir os equipamentos culturais, desportivos e outros de natureza semelhante que estão sob a égide do município; conceber, promover e fazer a gestão de atividades culturais, desportivas e turísticas e, finalmente, dar corpo jurídico e assegurar a gestão da ETG, escola profissional que ministra cursos técnico-profissionais e profissionais, e incentiva e promove ações de formação e de enriquecimento profissional.-----

-----E não vai profissionalizar, como aqui foi dito, todos os detentores dos corpos sociais. Isso só acontecerá com os membros da direção, que são apenas três.-----

-----Senhor presidente, senhores deputados.-----

-----Gostaria de salientar que, com a presente iniciativa, a Câmara Municipal prossegue o superior interesse público, não só acautelando e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

preservando um importante património municipal de âmbito escolar e cultural, mas também salvaguardando as legítimas aspirações de muitas dezenas de trabalhadores, pessoal docente e de formação, pessoal administrativo e de apoio que asseguram o funcionamento daquele estabelecimento escolar e das centenas e centenas de estudantes e de formandos que encontraram na Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos uma porta aberta para a sua evolução académica e profissional.-----

-----A boa gestão é aquela que é perseverante nos seus objetivos, não desiste ao primeiro contratempo e encontra sempre soluções para os muitos problemas com que se depara. E é também aquela procura de soluções criativas, que inova, que encontra novos caminhos e de futuro.--

-----Com esta proposta a Câmara Municipal prova, mais uma vez, que é perseverante, original e criativa e sobretudo que se propõe satisfazer os interesses de Barcelos, do seu vasto concelho e de todos os seus municípios.-----

-----Dito.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Novais.-----

DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

-----O executivo do PSD criou as duas empresas municipais para prestação de serviços nas áreas setoriais de cada uma das empresas municipais, sustentadas em legislação aprovada pelo Governo socialista do engenheiro António Guterres.-----

-----Mas desde o início, em mil, novecentos e noventa e nove, que o Partido Socialista local, enquanto partido da oposição, acusava o PSD que estas empresas eram sorvedouros de dinheiros públicos e locais para colocação de pessoal político ao serviço do executivo do PSD. Era recorrente nas sessões da Assembleia Municipal o Partido Socialista fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

estas acusações. Durante anos a fio, de noventa e nove a dois mil e nove, ou seja, durante dez anos.-----

-----Chegados ao executivo municipal, o PS foi adiando o cumprimento da promessa eleitoral e durante todo o mandato manteve ambas em funcionamento, com todo o direito.-----

-----E serviu-se delas para colocar pessoal político, o seu pessoal político, e nem no final do mandato, por imperativo de legislação do Governo, conseguiu realizar uma mera fusão destas empresas, porque o Tribunal de Contas chumbou o projeto dessa fusão, por questões legais e por falta de sustentabilidade financeira da entidade.-----

-----Portanto, o PS conviveu muito bem com as empresas municipais criadas pelo PSD e que tanto criticou ao longo dos anos.-----

-----Agora ao apresentar a criação de mais uma entidade para esta área de atuação das empresas municipais, o Partido Socialista vem publicamente reconhecer quanto infundadas foram as suas críticas.-----

-----O PSD defende a salvaguarda dos interesses do município, dos munícipes e dos trabalhadores ao serviço das empresas municipais, bem como a prestação dos serviços desenvolvidos pelas empresas municipais.--

-----Mas o PSD não pode concordar com o aumento da despesa pública que esta entidade possa vir a gerar em matéria de administração, direção ou gerência, nem para a colocação de pessoal político.-----

-----O PSD concorda com a filosofia subjacente à criação das empresas municipais e desta cooperativa, mas reserva-se para acompanhar a vida desta entidade em matéria de gastos em pessoal dirigente e o funcionamento sustentado no orçamento municipal, não obstante, votamos a favor.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, quer usar da palavra?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Vou delegar no senhor vereador Domingos Pereira e, se me permite Vossa Excelência, complementarei a declaração.-----

VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

-----O executivo municipal optou pela constituição de uma Régie Cooperativa que não é mais nem menos do que uma cooperativa de interesse público e terá que ter obrigatoriamente maioria de capital público. Optou por noventa por cento, poderia aqui agora dizer e desenvolver qual foi o critério adotado para este modelo dos noventa e dez por cento para o privado, mas não interessa para o caso, interessa que tem que ser maioritariamente público, e naturalmente o que está aqui em causa, única e exclusivamente, é a defesa da Escola de Tecnologia e Gestão.-----

-----Ninguém disse aqui uma coisa muito importante: que o executivo municipal de então, à data de noventa e nove, sabia que as Câmaras Municipais não podiam ser detentoras de escolas profissionais. E devido também a algumas dificuldades e complexidade o tempo foi passando, entretanto não se resolveu o problema.-----

-----Quando se mandou para o Tribunal de Contas a fusão das empresas, o Tribunal de Contas, através do seu acórdão proferido e que está publicado, entende que os municípios não têm legitimidade para serem detentores das escolas profissionais. Razão pela qual a Câmara Municipal apresenta a criação de uma Régie Cooperativa no sentido de defender quase exclusivamente a manutenção da Escola de Tecnologia e Gestão.-----

-----Como sabem, a Escola de Tecnologia e Gestão é uma escola prestigiada, tem tido o reconhecimento até a nível internacional do papel



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

que desempenha, presta um serviço de qualidade, tem profissionais competentes, docentes, portanto, é preciso que as pessoas respeitem isso. E não vale a pena, a troco de mais um voto contabilizado, ou menos um voto, temos que ter aqui a coragem de defender aquilo que é defensável e pelo menos também termos o cuidado de nos informarmos e dizermos coisas que são completamente descabidas. O que está aqui subjacente a isto é quase única e exclusivamente a defesa da escola profissional que está integrada na EMEC.-----

-----E sabem perfeitamente que não pode haver internalização de serviços onde não são previstos nas funções da Câmara Municipal. Não é possível!-----

-----Portanto, de uma vez por todas devíamos ter respeito para não andarmos aqui com acusações mútuas, que não vale a pena. É preciso que as pessoas tenham a capacidade e a coragem de saberem aquilo que estamos a falar, porque não é sério, envolvemos aqui pessoas, através dos alunos, dos docentes, que tanto têm dado de melhor para prestigiar a escola e prestigiar Barcelos e que a troco destes jogos políticos se tente denegrir a imagem de quem trabalhou e constituiu uma escola, estou à vontade que não foi no nosso tempo, mas tem sido prestigiada e temos que defender isto.-----

-----As pessoas deviam acatar de uma vez por todas e respeitar as pessoas que têm desempenhado uma atividade louvável, prestigiada, e é única e exclusivamente para isso que estamos aqui a trabalhar e que é criada uma Régie Cooperativa.-----

-----Não obstante naturalmente de se pôr no objeto da cooperativa também uma atividade que possa ser desenvolvida de âmbito desportivo, de âmbito cultural ou educacional, porque pode haver situações que criem constrangimento ou menos agilidade ou menos flexibilidade do município e eventualmente de um programa ou outro poder ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

desenvolvido pela cooperativa.~

~Eu não estou a ver também, sinceramente, eu quando trabalho também gosto de ser remunerado, como todos nós, qual é tanta inveja, tanta hostilidade, quando uma pessoa que desempenha um lugar a tempo inteiro e que tem que ser remunerado porque é que não há-de ser? Se é um presidente de direção, um secretário, um tesoureiro que vão trabalhar a tempo inteiro, independentemente de ser quem quer que seja, porque é que não vão ser remunerados?~

~Eu perguntava, por exemplo, ao senhor deputado Mário Figueiredo: tantas cooperativas que existem por esse país fora, se os conselhos de direção ou os órgãos de direção são remunerados? Se algum voluntário que esteja a trabalhar na sua atividade e se quiser prescindir do seu trabalho e exercer a tempo inteiro na cooperativa que se ofereça, não ganhando nada. Não sei do que é que vão viver.~

~Portanto, as pessoas que trabalham têm que ser remuneradas. Pelo justo valor? Naturalmente. Mas é através desse justo valor que há-de ser encontrado uma despesa.~

~O executivo municipal está empenhadíssimo, nunca mais transferiu dinheiro nenhum para as empresas municipais, as empresas municipais vão ser liquidadas, o município terá que pagar aquilo que tiver que pagar aos seus credores, e a partir de dois mil e treze que nunca mais transferiu um cêntimo que fosse. Há despesas que continuaram, a maioria dos serviços que as empresas municipais desempenhavam já estão a ser desenvolvidos pela Câmara Municipal e não é intenção da Câmara Municipal naturalmente transferir grandes investimentos ou desenvolvimento de atividades nesta cooperativa, porque a Câmara Municipal naturalmente que irá desenvolvê-los.~

~Estejam à vontade que a Câmara Municipal naturalmente que vai ter em conta o serviço público que a cooperativa vai desenvolver, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sempre na ótica de aproveitar os recursos que a Câmara tem, a racionalizar os serviços, e dentro daquilo que for possível os trabalhadores também merecem ser defendidos e, se possível, integrá-los na nova cooperativa.~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~

~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~Depende agora também daquilo que a lei permitir, ainda há muitos passos a dar e a todo o momento a Assembleia será informada daquilo que for feito.~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~

~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~Muito obrigado.~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor vice-presidente. O senhor presidente da Câmara tinha dito que ia fazer uma declaração...~::~

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Não era minha intenção intervir neste ponto, até porque este *dossier* é matéria que foi acompanhado pelo senhor vereador Domingos Pereira, mas vou ter que intervir. E vou ter que intervir em relação à intervenção do senhor deputado Firmino Silva.~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~

~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~Senhor deputado, deixe-me dizer-lhe de forma frontal, eu não sei o que é que se passa com o senhor hoje. O senhor está muito alterado, muito enervado, mexe-se muito na cadeira. Senhor deputado, o senhor até por formação não devia fazer isso. Eu penso que o senhor no tribunal não responde assim. Mas vou-lhe dizer que é precisamente isso que eu quero pegar. Senhor deputado, o senhor reclama honra, reclama igualdade e o senhor faz tudo ao contrário. O senhor não tem esse direito, sabe porquê? O senhor que estava na sua alta cátedra já se demitiu, foi-se embora. O senhor quer fazer esse papel, faça-o! Mas há uma coisa que eu lhe vou dizer, o senhor a mim não me intimida. Com esses gestos, com essas atitudes, com esse nervosismo não me intimida. Mas há uma coisa que eu lhe vou dizer, eu não lhe vou permitir que o senhor venha para aqui dizer “golpe praticado”, “concertação com o presidente da Câmara” e “palhaçada”? O senhor desculpe, eu enquanto membro desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

Assembleia e enquanto presidente da Câmara vou-lhe exigir respeito aqui dentro. E o senhor deve respeitar toda a Assembleia. Porque o senhor acha-se no direito de fazer e de dizer, mas não quer respeitar os outros. O senhor sente-se ofendido na sua honra, e não me venha dizer que não se apercebe, e ofende toda a gente na sua honra. O senhor o que fez aqui foi ofender a honra de todos estes membros da Assembleia e do público que aqui está. Portanto, isto não é uma palhaçada porque isto não é um circo. Isto é um espaço democrático de debate onde cada um põe as suas ideias. É assim que este espaço deve ser, senhor deputado.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor presidente. Está inscrito o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. Só aqui algumas considerações sobre aquilo que foi dito anteriormente.-----

-----Primeiro, dizer ao senhor deputado João Lourenço que o PS Barcelos foi original?! Não foi nada original. Já existe cerca de quarenta Régie Cooperativas e curiosamente um terço são no distrito de Braga. Aliás, esses estatutos são praticamente uma cópia das cooperativas que já foram feitas anteriormente. Portanto, não é originalidade nenhuma. Quer dizer, quiseram aparecer aqui como patronos de uma novidade, mas isso é tudo conversa fora.-----

-----Em relação ao senhor vice-presidente Domingos Pereira dizer o seguinte:-----

-----Claro que o Partido Comunista reconhece a complexidade da situação. Como eu disse na minha intervenção inicial, foi criada por uma lei que está a forçar uma resolução para as empresas municipais de forma abrupta, sem dar espaço de pensar, de serenar e de conseguir aqui uma saída responsável.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Ora essa lei foi apoiada pelo Partido Socialista. E, portanto, a situação que está agora criada de pressão sobre as autarquias, não só a de Barcelos, o Partido Socialista colaborou nessa pressão.-----

-----Em segundo lugar, não entendo quando o Partido Socialista vem apelar à seriedade das pessoas que defendem a extinção das empresas municipais com a internalização dos serviços quando a própria lei prevê isso e quando o próprio Partido Socialista andou anos a dizer isso e afirmou precisamente isso de uma forma categórica na campanha eleitoral. Então a seriedade aí não existiu, senhor vice-presidente? Então onde é que está a seriedade aí? Não sabiam o que poderia acontecer à Escola Tecnológica em campanha eleitoral? Ou aperceberam-se mais tarde do erro e estavam a falar daquilo que não sabiam?-----

-----Registo a demagogia barata e populista do senhor vice-presidente Domingos Pereira em torno da remuneração dos cargos sociais. É uma coisa verdadeiramente impressionante.-----

-----Já se sabe que quem trabalha tem direito à sua remuneração. O problema não é quem vai trabalhar, é quem vai ocupar esses lugares e como é que vão ocupar e porquê que vão ocupar. E muitas vezes se calhar até nem trabalham mesmo. Esse é que é o grande problema. Mas já agora vou-lhe colocar uma questão, senhor vice-presidente. Quem trabalha realmente merece ganhar, coisa que o Partido Socialista se tenha esquecido ao longo dos anos visto que tem dado machadadas terríveis nos direitos dos trabalhadores. Mas eu vou-lhe fazer a pergunta muito concreta: os trabalhadores que estão em programas ocupacionais na Câmara Municipal de Barcelos não merecem ganhar? Não merecem um salário? Ou têm que estar numa posição de quase mendicância e gratidão para ganharem mais uns trocos porque são considerados assim uma espécie de trabalhadores que não querem arranjar emprego e é preciso colocá-los lá? Esses trabalhadores não trabalham? E quanto é que é pago



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

para cumprirem um horário de trabalho na Câmara Municipal de Barcelos ao abrigo dos programas ocupacionais?-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor vice-presidente, para responder ao senhor deputado Mário Figueiredo.-----

VICE-PRESIDENTE – Domingos Pereira – Eu gostaria de responder à pergunta que o senhor deputado Mário Figueiredo me formulou e dizer-lhe que de facto a Câmara Municipal tem mais de cinquenta funcionários no programa CEI, são remunerados com um determinado valor, como sabe, e posso garantir-lhe que todos os dias, todos, me aparecem aqui no gabinete, e aos meus colegas vereadores, a pedirem que sejam admitidos para ganharem mais algum dinheiro juntamente com o fundo de desemprego. São eles que pedem. Se vão a si dizer-lhe o contrário, não sei. Estou-lhe a dizer que à Câmara Municipal vêm pedir para assinarem contratos... Ó senhor deputado, posso-lhe responder? Vêm todos os dias pedir para assinarem contratos. Agora se vão ter com o senhor deputado Mário Figueiredo para não virem, isso é outra questão. Aqui vêm de livre vontade, são as pessoas que se oferecem. E posso-lhe dizer que há muitos contratos desses de facto, há seis feitos, e quando acabam pedem para poder fazer mais tempo, mas não é possível, como sabe, o máximo que há... Se o senhor não quer e está indignado com isso deve dizer às pessoas, que assinam livremente e vêm pedir, para não fazerem. Mas vá lá dizer, de certeza absoluta que as pessoas dizem que o senhor não tem nada que se meter com a vida delas, que é uma questão livre, as pessoas fazem aquilo que entenderem, nessas pessoas mandam elas, na sua gestão familiar quem manda são as pessoas, não é o senhor. O senhor não é detentor da verdade. Portanto, nós fazemos aquilo que é legal... Bem, vou desistir por uma questão de respeito pela Assembleia, pronto, acabou.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor vice-presidente. Tem a palavra o senhor deputado Firmino.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Senhor Presidente da Assembleia, muito obrigado por me dar a palavra. Desde já queria-lhe dizer que o que se exige de Vossa Excelência no trato com os membros desta Assembleia, quando aos mesmos se lhes dirige, exige-se elevação. E quando se me dirigiu esqueceu-se dessa elevação Vossa Excelência.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Foi um lapso da minha parte, senhor deputado Firmino Silva?-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Senhor presidente, há bocado o senhor apelidou a minha atuação de palhaçada, dirigiu-se pessoalmente a mim.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – O senhor deputado deu azo a isso. Na sua intervenção deu azo a isso.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – O senhor não tem que fazer juízos, desculpe lá! O senhor não tem que dar azo a nada!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – O senhor interrompeu a mesa várias vezes e tem-se comportado, e repito, tem feito palhaçadas nesta Assembleia. O senhor interrompeu várias vezes. Quem pode interromper os deputados é a mesa, não é o senhor deputado. Em relação a esse seu comportamento, o senhor deputado fez palhaçadas. Em relação a esse comportamento, não é à pessoa, senhor deputado, que tenho consideração pessoal por si, o senhor não teve o comportamento adequado que compete na Assembleia Municipal como casa da democracia.-----

-----Agora faz favor de continuar, senhor deputado.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Vossa Excelência ao invocar a lei acertou realmente na lei, acertou no número do artigo, vigésimo quinto, acertou no número, número dois, e acertou na alínea. Só que Vossa Excelência esquece-se é que o número dois tem a alínea a), b), c),



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

d), e), f), g), h) e por aí fora. O que é que isto quer dizer? É que estes assuntos têm que ser agendados. Vossa Excelência não pode chegar aqui, há um tema, há um relatório, uma auditoria...~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Está equivocado, senhor deputado! Eu tenho o direito no início da Assembleia de apresentar os factos relevantes, está no regimento inclusive. Senhor deputado, desculpe lá, não tem que ser agendado! Eu dei a palavra agora ao senhor deputado, o tempo que lhe sobra faz favor, concentre-se no ponto que estamos em discussão.~

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Se me deixar falar. Senhor presidente, a minha intervenção é neste sentido:~

~Vossa Excelência não pode chegar aqui, apresentar um relatório e pôr à discussão desta Assembleia no dia da sessão...~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, eu não pus à discussão!~

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Deixe-me falar, senhor presidente!~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Não o deixo falar, senhor deputado!~

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Mas porquê?~

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Desculpe, porque eu sou o presidente da Assembleia Municipal e compete-me esse direito. O senhor deputado se quer discutir comigo este assunto, discute na próxima conferência de líderes. Desculpe, senhor deputado. Ou o senhor agora aborda o assunto que está em discussão neste ponto, ou então corto-lhe definitivamente a palavra relativamente a este ponto.~

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Senhor presidente, a minha honra foi ofendida, tenho o direito a defender a minha honra. Como tal, o senhor não me deixa falar. O senhor vice-presidente antecedeu-me, defendeu a honra logo de seguida a uma intervenção do senhor deputado Mário Figueiredo e eu não posso falar porquê? O senhor não me deixa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

falar!-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, fale mas em determinados pressupostos, o senhor conhece a lei e o regimento.-----

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Agora o senhor quer ser dono daquilo que eu digo, quer me dizer o que é que eu devo dizer! Senhor presidente, deixe-me concluir, faz favor. O que eu estava a dizer é que o tema que Vossa Excelência trouxe aqui no início desta sessão tem que ser agendado. Isso é o que diz a lei...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Ó senhor deputado, está equivocado! Eu vou-lhe repetir pela última vez... Senhor deputado, eu vou-lhe cortar a palavra!-----

-----Senhores deputados, agradeço silêncio, e para terminar hoje este assunto, senhor deputado, quando quiser, na próxima reunião dos líderes dos grupos municipais o senhor discute comigo os pontos de vista, não é na Assembleia Municipal.-----

-----Vamos votar então o ponto número dois da ordem de trabalhos.-----

-----Quem vota contra, por favor, levanta-se.-----

----- (Nove, sendo sete do MIB, um do BE, um da CDU)-----

-----Quem se abstém, por favor, levanta-se.-----

----- (Ninguém)-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com nove votos contra.-----

-----Vamos passar de imediato ao ponto número três: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal respeitante ao protocolo de cooperação entre o município e as freguesias do concelho de Barcelos.-----

-----Estão abertas as inscrições!-----

-----Senhora deputada Marta Costa, faça o favor de usar da palavra.-----

DEPUTADA DO MIB – Marta Costa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, boa-noite



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

a todos.-----

-----O Movimento Independente por Barcelos desde sempre manifestou concordância com o contrato de cooperação. No entanto, e apesar de ser positivo, surgem-nos algumas dúvidas que poderão pôr em causa o objeto desse protocolo na cláusula um: “*Correção das assimetrias existentes nas freguesias*”.-----

-----Da análise do documento, verifica-se que a verba a atribuir é global, não se sabendo que parte é destinada a cada área de intervenção. Na educação, por exemplo, as freguesias que não têm escolas, têm obrigatoriamente que compartilhar nas despesas das freguesias que acolhem os seus alunos. É justo! Mas qual o valor a compartilhar? No número dois da cláusula dois pode ler-se que, e passo a citar: “*O valor financeiro a transferir deverá ser encontrado entre as partes envolvidas*”. E se as partes não chegarem a acordo? O número dois da cláusula dois prossegue, e continuo a citar: “a não observância deste procedimento determina suspensão do pagamento à parte incumpridora”. Perguntamos: qual pagamento? A totalidade ou a parte que cabe à educação e que não está explícita? E já agora, qual será a parte incumpridora? A que se recusa a pagar determinado valor, ou a que se recusa a receber? Não seria mais fácil atribuir um valor por aluno, que servisse de base para todos?-----

-----Chamamos também a atenção para as “Outras Comparticipações” onde continua a não existir objetividade na definição dos apoios. Se essas comparticipações fossem monitorizadas periodicamente, de modo a garantir um equilíbrio na atribuição desses apoios, aí, sim, estaríamos a corrigir as assimetrias existentes entre freguesias.-----

-----Deixamos uma última sugestão. O protocolo deveria prever a possibilidade, em caso de necessidade, de transferência de meios humanos para as novas freguesias resultantes das agregações.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Como já referi, e apesar das dúvidas, o protocolo é positivo, pelo que o Movimento Independente por Barcelos votará favoravelmente.-----

-----Muito boa-noite.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhora deputada. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. O Partido Comunista Português sempre lutou pela descentralização do poder, dotando as autarquias de competências e respetivos recursos financeiros, atribuindo mais decisão a quem está mais perto da população, reforçando o poder local. Encarnamos, também, neste ponto o espírito do vinte e cinco de Abril, contrariando os novos ventos liberais soprados pelo PS, PSD e CDS e agitados pela *troika* que desferiram e desferem rudes golpes ao poder local e à sua autonomia.-----

-----Consideramos que o chamado protocolo duzentos por cento se insere nesse espírito de reforço do poder local.-----

-----No entanto, entendemos que o protocolo, conforme está proposto, contém cláusulas que nos deixam muitas reservas e poderão constituir um entrave aos reais objetivos do protocolo, nomeadamente na correção das assimetrias.-----

-----O critério de transferência de verbas para as freguesias tendo como base a transferência do Fundo de Financiamento das Freguesias parece demasiado simplista. Não há, nessa decisão, uma abordagem profunda às reais necessidades das freguesias, visto que a base que a sustenta (FFF) não tem essa preocupação nem essa referência.-----

-----A Câmara Municipal de Barcelos propõe no protocolo de cooperação com as Juntas de Freguesia dividir em seis áreas o âmbito das competências a atribuir.-----

-----Fá-lo sem consignar a cada uma das áreas a respetiva verba a transferir, o que poderia constituir maior rigor de análise, por parte das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

freguesias, sobre a correção do protocolo, contribuindo para eliminar as assimetrias nessas áreas e maior acerto na cooperação.-----

-----Essa omissão poderá dificultar a execução e controlo do protocolo, pois não tem em conta a realidade específica dessas áreas em cada uma das freguesias. Isto é, é possível uma freguesia com uma escola nova ter mais recursos financeiros do que uma freguesia com uma escola sem condições.-----

-----Temos muitas reservas em relação à transferência de competências no âmbito da gestão, conservação e reparação de equipamentos culturais, recreativos e desportivos e muito particularmente no âmbito da educação, pois se a transferência de verbas não for a adequada para cada freguesia poderá acontecer dificuldades em as freguesias suprir as deficiências existentes nesses equipamentos, com consequências de colapso nestas áreas, caindo num vazio de responsabilidades (há exemplos), em que a população será a única prejudicada.-----

-----Entendemos que sem uma avaliação rigorosa das necessidades locais na área da educação que permita a transferência dos recursos financeiros adequados, esta matéria deverá ficar fora do protocolo.-----

-----Com este protocolo, para certas freguesias, poderá não se tratar de uma transferência de competências mas sim uma delegação.-----

-----É certo que o protocolo prevê outras participações, permitindo à Câmara Municipal de Barcelos corrigir certas insuficiências detetadas na execução do protocolo, mas isso nunca poderá ficar sob o livre arbítrio do município, sem atender às freguesias. Até porque em outras participações cabe tudo: mecanismos para eliminar as assimetrias, corrigir desvios e concretizar obras que serviram para seduzir, em tempo de campanha, candidatos do PS, aumentando as assimetrias e as injustiças e não combatendo-as.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----O PCP é totalmente contra o número dois da cláusula segunda do protocolo. Propomos a sua eliminação e exortamos aos senhores presidentes de Junta a rejeitar este ponto.-----

-----Embora parecendo justo a comparticipação das freguesias sem escolas, essa exigência é profundamente injusta.-----

-----As freguesias que não têm escola não são beneficiadas por não as ter, foram seriamente prejudicadas pela política de direita de encerramento de escolas, em que a Câmara foi promotora, contribuindo para o agravamento económico e social da freguesia.-----

-----Está, porventura, quantificado os prejuízos económicos e sociais causados às freguesias pelo encerramento das escolas?-----

-----Irá ser exigido à Câmara e às freguesias com escola a comparticipação desses prejuízos?-----

-----Além do mais, com este ponto a Câmara Municipal de Barcelos introduz no protocolo um elemento de conflito entre freguesias, em vez de os prever e sanar, conflitos que a existirem poderão causar sérios problemas à comunidade escolar sendo os alunos os mais prejudicados.---

-----O que a Câmara Municipal deverá fazer é consignar a verba necessária à área da educação por freguesia e as freguesias sem escola terão verba inferior para a educação sem contudo ter de financiar seja o que for.-----

-----Entre o reconhecimento da importância do protocolo para as freguesias e população e as reservas e rejeição de alguns pontos, o PCP votará a favor desta proposta.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado António Lima.-----

DEPUTADO DO PSD – António Lima – Boa-noite, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Deputados, prezado Público.-----

-----O protocolo de delegação de competências estabelecido entre o município e as freguesias do concelho de Barcelos é unanimemente reconhecido como uma das medidas mais emblemáticas promovida pelo executivo socialista durante o último mandato.-----

-----Foi efetivamente uma medida positiva, porque pretendia tratar de igual forma toda e qualquer uma das oitenta e nove freguesias do concelho de Barcelos. Apesar do montante global transferido para as freguesias não ter sido aquele que o Partido Socialista havia prometido em campanha eleitoral, a verdade é que, em termos genéricos, a medida demonstrou ser positiva e contribuiu para o desenvolvimento equitativo do concelho de Barcelos.-----

-----De tal forma este protocolo foi positivo que, aquando das últimas eleições autárquicas, a generalidade das candidaturas à Câmara Municipal previam nos seus manifestos eleitorais a celebração de protocolos de delegação de competências com as freguesias.-----

-----Sendo então genericamente positiva a celebração deste protocolo, interessa analisar a forma e o processo como a minuta deste protocolo nos é hoje apresentada.-----

-----Comecemos pelo processo.-----

-----Por muitas e diversas vezes o executivo camarário e o seu presidente têm criticado o atual Governo, acusando-o de ser arrogante, de ter uma postura autoritária, de não ver nos municípios um parceiro. Chega mesmo o senhor presidente de Câmara a afirmar, relativamente à aprovação da Lei setenta e cinco/dois mil e treze, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, que “o que o Governo fez foi, por decreto, impor competências nas freguesias”.-----

-----Ao invés, o senhor presidente de Câmara afirma que “As Juntas de Freguesia são parceiros estratégicos no desenvolvimento do poder local



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

junto das populações”.-----

-----Mais diz que tem, e que quer ter, uma relação de proximidade muito grande com os senhores presidente de Junta.-----

-----Esta é efetivamente a segunda vez que o protocolo de delegação de competências estabelecido entre o município e as freguesias do concelho é discutido e votado nesta Assembleia Municipal.-----

-----Da anterior vez, antes da celebração do protocolo, o executivo camarário entregou aos partidos políticos e aos senhores presidentes de Junta a minuta do protocolo a negociar. No caso do PSD, o partido reuniu com os seus presidentes de Junta e, em conjunto, propusemos alterações que versavam aspetos jurídicos, económicos e financeiros.-----

-----Nem todos os nossos contributos foram aceites. Diria mesmo que poucos foram aqueles que foram aceites. A verdade, contudo, é que houve discussão e os presidentes de Junta assinaram um documento que foi efetivamente negociado entre as partes.-----

-----Ao contrário desses tempos, hoje vimos aqui discutir e aprovar um documento que não foi, de forma alguma, discutido e negociado entre as partes.-----

-----Este documento será, isso sim, imposto, como que por decreto, às freguesias e às senhoras e aos senhores presidentes de Junta.-----

-----Mas mais grave, e denotando total despudor e arrogância, é apresentar aos senhores presidente de Junta um documento que, no seu preâmbulo, afirma que as cláusulas foram acordadas mutuamente após negociação e análise. Naturalmente que o não foram. E muito naturalmente lamentamos que o executivo camarário critique o Governo apelidando-o de autista, quando efetivamente acaba por ter estes comportamentos para com as freguesias e os seus presidentes.-----

-----De resto esta já não é a primeira vez que nesta Assembleia o senhor presidente de Câmara tem estes comportamentos para com os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

senhores presidente de Junta. Todos estamos ainda recordados das palavras que ele proferiu aquando da aprovação da proposta da taxa de IMI para o ano dois mil e catorze, tendo ameaçando os senhores presidentes de Junta com cortes nas verbas do protocolo caso a mesma proposta não fosse aprovada.-----

-----Relativamente à forma, isto é, ao conteúdo do contrato, importa dizer que já no anterior mandato, quer o senhor presidente de Câmara, quer o seu vice Presidente, disseram que o protocolo teria de ter revisto.--

-----O documento que hoje nos apresenta a discussão foi alterado, não em função do capital de experiência de quatro anos de execução do mesmo, mas em função da alteração do regime de competências das autarquias locais, isto é, em função da lei.-----

-----Temos pena que assim seja. Se efetivamente tivesse o executivo camarário negociado com as freguesias e tivesse vertido neste documento as lacunas detetadas, quer aquando da aprovação do anterior protocolo, quer aquando da execução do mesmo durante os últimos quatro anos, estaríamos certamente na presença de um documento melhor e mais eficaz.-----

-----Uma das principais críticas ao anterior protocolo prendia-se com as despesas e com a educação que algumas Juntas de Freguesia tinham de suportar e outras não. O executivo chegou mesmo a afirmar que compensaria as Junta de Freguesia mais prejudicadas. Desconhecemos que alguma vez isso tenha sido feito.-----

-----Com o novo protocolo a principal alteração prende-se precisamente com a repartição de encargos com a educação. A solução encontrada é *sui generis*: os senhores presidentes de Junta devem negociar entre eles a repartição destes gastos.-----

-----Não entendemos esta opção. No passado, os senhores presidentes de Junta tinham de remeter à Câmara Municipal um relatório trimestral



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

com as despesas do protocolo, quer as despesas gerais, quer as despesas com a educação. Efetivamente a Câmara Municipal estava e está na posse de toda a informação para levar a efeito a compensação às Juntas de Freguesia mais prejudicadas, ou a promover a compensação entre Juntas de Freguesia que tinham escolas e aquelas que não as tinham. A verdade é que nunca o fez.-----

-----Agora, e como que para esconder a sua incapacidade, ou falta de vontade de regular esta situação, acaba por obrigar os senhores presidentes de Junta a entenderem-se, esquecendo porventura que a nova organização administrativa do território é diferente daquela que existia em dois mil e dez. Para além disso, ameaça suspender o pagamento do protocolo à parte incumpridora, não se percebendo quais os critérios para aferir quem cumpre e quem incumpre.-----

-----Mas para além da questão da educação, outras competências deveriam ter sido melhor regulamentadas neste protocolo. Falamos de competências no âmbito da conservação de pavimentos em betuminoso, que apesar de previstas na legislação deveriam ser retiradas por este protocolo.-----

-----Entendemos ainda que a comparticipação da Câmara Municipal em outros investimentos deveria ser cuidadosamente acompanhada pela Assembleia Municipal, sendo dado conhecimento contínuo, por freguesia, dos montantes atribuídos. Entendemos que esta seria a forma de debelar a suspeita de favorecimento partidário entre Juntas cujo executivo foi eleito com as cores do Partido Socialista e os demais executivos das Juntas de freguesia.-----

-----Mais entendemos ainda que devem ser privilegiados projetos que, nas freguesias alvo de reorganização administrativa, reforcem o sentimento de união entre as populações.-----

-----Por fim, e porque as competências delegadas nas Junta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Freguesia são muito abrangentes e, das mesmas, podem advir consequências graves para os executivos, entendemos que deveria ser incluída no protocolo uma cláusula onde a Câmara Municipal assumisse na íntegra a responsabilidade civil por este contrato.~~~~~

~~~~~Efetivamente sabemos da boa vontade dos senhores presidentes de Junta. Todos temos consciência que eles desempenham as suas tarefas com espírito de missão. A verdade é que com este protocolo algumas consequências graves podem-lhes ser imputadas. A título meramente exemplificativo, e dadas as atuais situações climatéricas adversas, imaginem que numa qualquer freguesia do nosso concelho, fruto do mau tempo, forma-se um buraco numa qualquer rua. Há um nosso conterrâneo que, de veículo ou de mota, passa nesse mesmo buraco, despista-se e morre. Através deste protocolo a responsabilidade pela manutenção da estrada é da Junta de Freguesia. O senhor presidente de Câmara sabe-o; os senhores presidentes de Junta sabem-no; os familiares da vítima sabem-no; as seguradoras sabem-no.~~~~~

~~~~~A quem acham que vão ser imputadas as responsabilidades? Naturalmente que à Junta de Freguesia e ao seu presidente. A Câmara até pode ter um seguro para estes casos. A verdade é que, formalmente, delegou competências nas Juntas de Freguesia. Não estou a ver qualquer companhia de seguros a assumir este sinistro. Serão as Juntas de Freguesia e os seus presidentes os responsáveis.~~~~~

~~~~~Tendo por base estas considerações, e atendendo à capital importância que o protocolo tem para as freguesias, naturalmente que o Partido Social Democrata irá aprovar a minuta de protocolo.~~~~~

~~~~~Ao mesmo tempo e derivado precisamente da importância que o mesmo tem para a gestão dos executivos das Juntas de Freguesia, atendendo à forma do mesmo, atendendo ainda ao processo pelo qual esta minuta não foi negociada, a bancada do Partido Social Democrata desafia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

o senhor presidente da Assembleia Municipal e o senhor presidente de Câmara a constituir uma comissão composta exclusivamente por presidentes de Junta, com vista a suprir as lacunas atrás elencadas.-----

-----Esta comissão deveria integrar presidentes de Junta do PS, do PSD, do MIB, do CDS e Independentes.-----

-----Mais deveria negociar com o executivo e apresentar uma nova minuta do protocolo até à próxima Assembleia Municipal.-----

-----Lembro que a Coligação Somos Barcelos propôs a celebração de protocolos de delegação de competências, fixando o valor global, distribuindo as verbas em função da população residente, da área da freguesia e do número de alunos a frequentar os estabelecimentos escolares do primeiro ciclo do ensino básico e do ensino pré-primário.-----

-----Estou certo que o plenário acolherá de bom grado esta proposta.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Paulo Matias.-----

DEPUTADO DO PS – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

-----Congratulámo-nos pelo reconhecimento de todos da bondade e eficácia que esta bandeira do PS, conhecida pelo protocolo dos duzentos por cento, teve e manterá agora como contrato de cooperação entre a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia no desenvolvimento sustentável e na prestação de serviços em benefício das populações.-----

-----Aliás, outra coisa não seria de esperar, não só pelos resultados alcançados, mas até pelo reconhecimento de inúmeros municípios que têm solicitado o modelo deste contrato para o imitar.-----

-----Trata-se de uma medida que respeita o princípio da equidade, da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

justiça, da transparência e prova inequivocamente o respeito que o executivo municipal tem com as Juntas de Freguesia a quem considera parceiras privilegiadas no desenvolvimento de Barcelos e apoio aos barcelenses.-----

-----No entanto, temos de fazer algumas apreciações críticas à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e às contradições das declarações dos nossos adversários políticos nesta Assembleia.-----

-----Um – A lei.-----

-----Temos dúvidas e o próprio legislador deverá esclarecer conceitos de legalidade desta lei, nomeadamente no artigo cento e trinta e dois onde tem como título “Delegação legal”. Estão previstas delegações não legais?-----

-----Esta lei alarga as atribuições das autarquias locais e atribui inúmeras competências materiais à Junta de Freguesia – artigo décimo sexto – das quais quero apenas destacar algumas alíneas:-----

-----“i) *Discutir e preparar com a Câmara Municipal contratos de delegação de competências...*”, que é o caso em discussão;-----

-----“j) *Submeter à Assembleia de Freguesia para efeitos de autorização, estes contratos e...*;-----

-----v) *Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;*-----

-----ff) *Proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais;*-----

-----mm) *Fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do primeiro ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar*”;-----

-----Etc., etc...-----

-----Citei só estas porque dentre as cinquenta do número um do referido artigo dezasseis foram as que geraram maior discussão no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

contrato agora celebrado.~

~Penso que o tempo dirá que esta lei tem de ser alterada, pois foi aprovada à pressa pela Assembleia da República em vinte e nove do sete de dois mil e treze, mandada publicar sem a devida análise pelo presidente da República em vinte e dois do oito de dois mil e treze e referendada pelo primeiro-ministro em vinte e seis do oito de dois mil e treze.~

~E por uma razão simples: além das contradições que encerra, padece de um pecado original muito grave: é que respeitar e aprofundar o poder local não pode ser só dar mais atribuições, competências e responsabilidade e esquecer-se dos meios para isso. Falamos das Juntas e especialmente das Câmaras Municipais a quem se tem cortado nas transferências, reduzindo as suas receitas.~

~Ainda bem que em Barcelos a Câmara já transferia duzentos por cento do FFF para as Juntas de Freguesia e agora continuará com este novo contrato, caso contrário era impossível que elas cumprissem esta lei da República.~

~Dois – Aos nossos adversários políticas queremos lembrar:~

~Ao PSD, que a proposta dos duzentos por cento do FFF não é só de dois mil e nove mas já antes o PS a tinha apresentado diversas vezes. Lembram-se das várias respostas? Lembro apenas duas: do então presidente da Câmara de que as receitas da Câmara Municipal eram suas e as Juntas que gerissem o seu orçamento próprio; de um dirigente do PSD, deste sítio, afirmar que não podiam aceitar a nossa proposta porque os senhores presidentes de Junta não sabiam gastar esse dinheiro e o aplicavam mal!~

~Mudaram de opinião e ainda bem, pois é o reconhecimento do erro que vinham cometendo. Aliás, confessam na vossa declaração de voto que há assimetrias entre freguesias e isso nós sabemos-lo bem porque são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

fruto das políticas erráticas do “chapéu na mão” que o PSD manteve durante décadas na relação com as Juntas de Freguesia. Querem insinuar que há agora prática discricionária no sentido de discriminatória quando está em causa um critério objetivo, um contrato transparente e universal. Isso é descabido e injusto. A base é o Fundo de Financiamento das Freguesias e as Juntas contam para o seu orçamento, no mínimo, com uma receita desse valor triplicado. No tempo do poder PSD era impossível fazer-se orçamento nas freguesias. Apenas declaração de intenção. E falo com experiência própria, coisa que alguns dos atuais presidentes de Junta felizmente não conhecem.~

~Quanto à questão da educação e de se pretender que as competências nessa matéria sejam retiradas do contrato, remetemos para a linha v) do artigo dezasseis da Lei setenta e cinco de dois mil e treze que já li e que diz que é competências das Juntas.~

~Quando a lei mudar, como achamos que acontecerá se Vossas Excelências reconhecerem o erro, nós estudaremos o assunto. Agora não queremos cometer ilegalidades, ainda que materiais, ou lá o que isso seja.~

~A majoração do apoio às Uniões de Freguesias, às freguesias mais carenciadas e com situações que necessitem de outros apoios para obras de maior exigência técnica e financeira, o executivo estará atento e, como já tem feito, colaborará com os presidentes de Junta na satisfação das reais necessidades das suas populações.~

~E isto que aqui acabo de dizer responde também às preocupações do MIB. Apenas mais um pormenor: a obrigatoriedade de negociação entre Juntas para o apoio na educação será apenas no caso de encerramento de escolas de uma freguesia cujos alunos são transferidos para outra. O problema não é grande se atendermos que a generalidade destes casos acontece nas Uniões de Freguesias, onde agora o presidente é único. No entanto, alertamos que não são abrangidos casos de opção de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

pais que inscrevam os seus filhos noutras escolas de outras freguesias, quando há escola desse nível na sua freguesia.-----

-----E, para terminar, voltar ao tema da equidade que o MIB também refere. Este contrato de cooperação com as freguesias é, em si mesmo, a prova de que o executivo socialista da Câmara Municipal de Barcelos trata todos os presidentes de Junta como iguais, como parceiros no desenvolvimento e satisfação das necessidades dos barcelenses. E continuará a manter este rumo que foi há bem pouco tempo sufragado e exigido pelos barcelenses.-----

-----Como ainda disponho de um minuto e pouco, queria só responder à proposta do PSD.-----

-----Criar uma comissão para análise quando de facto o senhor presidente da Câmara tem tido reuniões regulares com todos os presidentes de Junta, quer melhor comissão que todos os presidentes de Junta a discutir os seus assuntos com o executivo municipal?-----

-----Penso que não tem cabimento a proposta uma vez que isso já tem sido prática na discussão destes assuntos.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Esgotadas as inscrições, o senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Apenas para responder aqui à intervenção do senhor deputado António Lima. Ó senhor deputado, eu não sei quem é que lhe elaborou esse documento, mas isso não está nada correto. O senhor vem para aqui dizer que o Partido Socialista que não tem a verba que prometeu. Tem. Não sei que contas é que o senhor faz, mas tem, elas estão lá! Depois esquece-se de um pormenor muito importante: o senhor vem falar de um decreto-lei que foi o seu Governo que o fez. E de facto este decreto é um disparate



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

autêntico. Aliás, isto já está reconhecido neste momento pelo próprio Governo de que há uma série de incongruências na delegação de competências que são disparates autênticos. O senhor tem aqui muitos presidentes de Junta, se lhes perguntar a maioria deles está aterrorizado com a delegação de competências sem o respetivo pacote financeiro. E deixe-me dizer-lhe uma outra coisa: se nós fossemos a cumprir em rigor a lei que o seu Governo fez nós íamos reduzir metade o protocolo às atuais Juntas, sabe? Porque estas coisas não é só delegar, é preciso também transferir naturalmente o competente pacote financeiro.-----

-----Outra coisa que o senhor diz, eu não sei onde é que o senhor ouviu dizer que eu que disse que o Governo é arrogante, autista e autoritário. Eu disse que a senhora ministra do Ambiente, Assunção Cristas, que era arrogante, autista e autoritária, e não tiro uma vírgula daquilo que disse. E um dia destes o senhor vai perceber isso com a privatização da EGF e vai perceber o que é que o seu Governo está a fazer nas privatizações da EGF.-----

-----Eu vou-lhe dizer que o património da EGF, que é a empresa de tratamento dos resíduos sólidos, tem um património de mil milhões de euros e o seu Governo quer vender por cento e noventa milhões. O seu Governo fez um estudo, supostamente, que eu não sei, aliás, metemos uma providência cautelar no sentido de nos entregar os documentos, e a senhora ministra na altura recusou-se a entregar os documentos. No entanto, os jornalistas tiveram-nos todos. Eu estive numa conferência daquela revista “Água e Ambiente”, e estava com mais colegas meus presidentes de Câmara, do seu partido também, e nenhum de nós teve acesso ao documento, os jornalistas tiveram todos, não percebi porquê, e, portanto, não sei porque é que o Governo não disponibiliza um documento que está a preparar da privatização da EGF.-----

-----Depois vou-lhe dizer que o disparate é tão grande que, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

exemplo, quando isto for entregue a privados, e eu espero que não, porque já está decidido que o município, e o seu partido aprovou, irá exercer esse direito até às últimas consequências legais no sentido de impedir a privatização da EGF.~

~Portanto, eu quando disse, mantenho, que a senhor ministra Assunção Cristas é autista, arrogante e autoritária.~

~O mesmo não digo do senhor ministro Moreira da Silva, com quem tenho estado e não há dúvida que é um ministro que tem um diálogo diferente, um homem de espírito aberto, que até usou uma frase interessantíssima comigo. Eu penso que saberá que eu sou o coordenador deste processo na Associação Nacional de Municípios da privatização da EGF. E na altura aquilo que o senhor ministro me transmitiu foi de que era um homem frontal e aquilo que dizia, dizia frontalmente. Eu achei isso muito interessante porque eu também sou assim. E, portanto, em vez de estarmos ali com rodriguinhos dizemos aquilo que queremos dizer, naturalmente dentro de toda a educação institucional que é necessária da relação entre a Câmara Municipal e o Governo. E na altura, o senhor ministro ouviu o que eu lhe disse, mas está a agir rigorosamente ao contrário. E o município a que o senhor deputado pertence, por exemplo, pode ser prejudicado em milhões de euros, pode ser prejudicado no serviço público a desenvolver, pode ser prejudicado, como já está previsto, no tarifário da recolha do lixo. Eu penso que o senhor deputado saberá que pela recolha do lixo a Câmara paga dezoito euros a tonelada, com esta privatização vamos para vinte e sete euros a tonelada. Vamos perder os direitos de accionista dentro da empresa. Não vamos ter direito a assento no conselho de administração. Não nos permitem de uma forma livre vender as nossas ações. Impõe-nos o preço das ações. Estaria aqui toda a noite a contar uma série de coisas.~

~Portanto, por isso é que eu disse, e mantenho, na altura, que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

senhora ministra era arrogante, autista e autoritária, não retiro o que eu disse porque foi assim que o senti e disse-o publicamente, não tenho dificuldade nenhuma em assumir.-----

-----Depois, o senhor veio aqui dizer que eu ameacei os senhores presidentes de Junta. Eu não ameacei, não foi na questão do IMI, foi na questão do orçamento, e não foi ameaça, só sensibilizei a Assembleia e pedi aos senhores presidentes de Junta que se não viabilizássemos o orçamento teríamos que gerir o município por duodécimos. Isto é assim. Portanto, não vejo onde é que está a dificuldade, o senhor vê ameaça, tudo bem, eu tenho uma relação excelente com todos os presidentes de Junta, nunca tive dificuldade de relacionamento, menos aqueles que tinham responsabilidade partidárias, e temos aqui um ex-presidente de Junta com quem eu sempre tive uma relação cordial, que é assim que se deseja, naturalmente o senhor presidente pensava de uma maneira politicamente e eu pensava de outra, mas não foi por isso que deixámos de nos respeitar, foi sempre normal a nossa relação.-----

-----Depois o senhor fala de uma coisa que está pouco atento. Quando fala nas compensações, que íamos alterar os protocolos, eu disse-o publicamente, fiz apelos constantes nas reuniões que eu tive periódicas, no mandato anterior, com os senhores presidentes de Junta, porque foi identificado de facto um problema na educação. E foi porquê? Por força da reorganização da vossa carta educativa. E, portanto, como fizemos os centros escolares dentro da carta educativa houve uma concentração de alunos em escolas e, perante o protocolo, temos Juntas de Freguesia que têm despesas (tarefeiras, transporte, subsídios) que outras não têm. Mas pensamos, porque eu também sou empresário, também penso, e então tentámos arranjar aqui quantificar o valor/custo por aluno. Só que isso não nos foi possível, que há alunos que estão a dez quilómetros, outros estão a cinco, outros estão a dois, outros estão a vinte, e nós não podemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

quantificar. E, portanto, para não correremos o risco de prejudicar os presidentes de Junta que têm escolas no seu seio, deixámos àquilo que é o mais democrático: as pessoas dialogarem umas com as outras. E só aí, se não houver diálogo, é que o executivo intervirá no sentido de repor aquilo o que for justo, o que for entendido na altura, porque aí temos que ver ao pormenor onde é que fica o aluno, onde é que fica outro, se os carros vão para longe, se gasta mais gasóleo, se gasta menos gasóleo, aquelas coisas que é preciso quantificarmos os custos por cada aluno. Isso está garantido neste protocolo através naturalmente do diálogo. Isto é como tudo. Se o senhor deputado não cumprir a lei, a justiça vem em cima de si. Aqui é um pouco a mesma coisa. Os senhores presidentes de Junta não se entendem, o executivo intervém e tenta ultrapassar o problema. Se a causa não se resolver, no limite, retemos a verba. Normal isto. O senhor se não cumprir no executivo municipal uma série de normas que a lei determina, o Estado corta-nos o dinheiro das transferências da administração central. Nós não cumprimos seja o que for e cortam-nos as verbas, ponto final. Nunca vi o senhor deputado a reclamar contra isso. Portanto, isso é perfeitamente normal no cumprimento da lei.-----

-----Quando às estradas, fique sossegado, as estradas municipais continuam sob a alçada da Câmara Municipal, os senhores presidentes da Junta sabem disso e das apólices de seguro e essas coisas todas. Se o senhor um dia tiver a infelicidade de cair num buraco municipal, faça o favor de recorrer ao seguro que a Câmara tem.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor presidente. Tem a palavra o senhor deputado António Lima, para exercer o direito de resposta.-----

DEPUTADO DO PSD – António Lima – Obrigado, senhor presidente. Volto a dizer naturalmente que o protocolo é bom, o que eu quis dizer é que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

protocolo pode ser melhorado, senhor presidente. Eu volto-lhe a fazer a pergunta: negociou com os senhores presidentes de Junta? Sim ou não? É que no papel diz que negociou.-----

-----Volto-lhe a dizer: disse ou não que havia coisas no protocolo que não estavam muito bem e que teriam que ser alteradas?-----

-----E por último, dissertou sobre o Governo, não foi isso o que eu disse. Disse aqui, e aí o senhor está enganado, que a ameaça tinha sido aquando do orçamento, não foi não senhor, está vertido em ata, tive o cuidado de ler, foi aquando do IMI. Ok?-----

-----Sobre a questão final, senhor presidente da Câmara, aceita ou não que a letra, o que está escrito, seja negociado com os presidentes de Junta? Senhor presidente da Câmara, se de facto existe seguro, aceita ou não, é uma sugestão, que seja escrito e as partes ficam então descartadas dessa responsabilidade, fica preto no branco no protocolo e faz-se uma alteração? Devia ter sido feita com negociação com os senhores presidentes.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Vamos passar então à votação do ponto número três!-----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém faz favor de se levantar.-----

----- (Ninguém) -----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos então passar ao ponto número quatro: Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao projeto “Eixo da RNT entre Vila do Conde e Vila Fria B e a Rede Elétrica de Espanha, a quatrocentos quilovolts.-----

-----Estão abertas as inscrições!-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Senhor deputado Joaquim Barbosa, faz favor de usar da palavra.-

DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

-----O Partido Socialista vai fazer uma breve declaração sobre este assunto, aproveitando desde já para solicitar, através do senhor presidente da Assembleia, que o senhor presidente da Câmara explique de uma forma mais profunda e tendo em conta a preocupação que a Câmara manifestou face a este projeto que se constitui como uma verdadeira ameaça ambiental para o nosso concelho, que tenha a amabilidade de explicar a esta Assembleia o que verdadeiramente está em causa para os barcelenses e até que ponto o ordenamento do território pode ser ferido neste concelho com consequências irreversíveis. Porque de facto esta semana ficámos a saber, ou recentemente ficámos a saber, que o concelho de Barcelos vai ser atravessado por uma linha de muito alta tensão e que o estudo de impacto ambiental vai afetar sessenta e três freguesias e que esta linha de muito alta tensão vai ficar muito próxima do centro urbano da cidade e que também tudo isto vai implicar uma desvalorização muito significativa dos terrenos. Estas torres possuem setenta e cinco metros de altura, possuem uma área de implementação de duzentos metros quadrados, e, portanto, está em causa, senhores deputados, uma forte ameaça ambiental para o concelho.-----

-----E por isso o grupo municipal do Partido Socialista manifesta o seu apreço por este executivo municipal desde a primeira hora, desde que pôde pronunciar-se sobre este projeto o fez e também pelo facto de ter solicitado à Câmara Municipal a aprovação desta posição que também vem agora à aprovação desta Assembleia.-----

-----Portanto, o Partido Socialista desde já quer dizer que está claramente a favor da posição da Câmara Municipal e que a vai votar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

favoravelmente e, conforme disse no início, eu solicitava ao senhor presidente da Câmara, através do senhor presidente da Assembleia, que explique de uma forma profunda para que os barcelenses saibam verdadeiramente o que está em causa com o avanço deste projeto.~~~~~

~~~~~Muito obrigado.~~~~~

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor deputado. Vamos proceder, primeiro, às intervenções dos senhores deputados, depois no final convidarei o senhor presidente da Câmara para usar da palavra.~~~~~

~~~~~Tem a palavra o senhor deputado Armando Costa.~~~~~

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caras Senhoras e Caros Senhores.~~~~~

~~~~~O Movimento Independente por Barcelos concorda com a posição assumida pelo executivo municipal que por unanimidade manifestou o seu repúdio pela instalação da linha de alta tensão que a Rede Elétrica Nacional pretende implementar no concelho.~~~~~

~~~~~No âmbito da consulta pública, desencadeada pela Avaliação do Impacto Ambiental, para além das razões explicitadas na deliberação municipal, não podemos deixar de alertar para os seguintes pontos que consideramos de extrema importância, são eles:~~~~~

~~~~~Estratégia de concertação com os municípios vizinhos;~~~~~

~~~~~Cooperação com Juntas de Freguesia;~~~~~

~~~~~Estudo de um corredor alternativo;~~~~~

~~~~~Impactos na saúde pública;~~~~~

~~~~~Defesa do património particular;~~~~~

~~~~~Prejuízos para o concelho.~~~~~

~~~~~Quanto à concertação com os municípios vizinhos.~~~~~

~~~~~Será de extrema importância um trabalho em total sintonia com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

os municípios vizinhos, nomeadamente com a Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Viana do Castelo e Ponte de Lima para acertar os *links* de continuidade. Mas também com Esposende para aceitação de um suposto corredor alternativo, próximo da sua “fronteira”.-----

-----No que se refere à cooperação com as Juntas de Freguesia.-----

-----Estabelecer contactos com todas as Juntas de Freguesia atravessadas pelos vários traçados – que, presumimos, já terão acontecido –, assim como promover reuniões com a população para os informar dos corredores de passagem, das características das redes, das áreas de servidão, das consequências (ambientais, visuais, saúde pública, desvalorização dos terrenos, desvalorização das edificações existentes e outras). Este é um tema com muitas implicações para as populações envolvidas e o município, em colaboração com os presidentes de Junta, deve ter um papel ativo no envolvimento dos cidadãos nestes esclarecimentos.-----

-----Não tem muito sentido, na nossa opinião, montar um *show-off* mediático onde se pretende essencialmente fazer combate político, sem se ter informado minimamente as populações afetadas.-----

-----No que diz respeito ao corredor alternativo.-----

-----Estudar e fundamentar um percurso alternativo que possa ser utilizado em sede de batalha judicial, fazendo um estudo comparativo de pontos fortes e fracos relativamente ao preferido da REN. Como, ao que tudo indica, a linha vai mesmo ter de passar, não chega afirmar que estamos contra e que iremos até às últimas consequências. Mais do que ruído mediático é necessário fazer o trabalho de casa com grande fundamentação para minimizar os inconvenientes da nossa intransigência.-----

-----Nos impactos na saúde pública.-----

-----Seria conveniente efetuar uma recolha de toda a informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

científica existente que defende que a exposição às radiações emitidas pelos fortíssimos campos eletromagnéticos é ou pode ser muito nociva para as pessoas, isto com o objetivo de evitar a passagem das linhas por zonas que tenham habitações na sua proximidade. Deve fazer-se um levantamento do número de alojamentos que se situam na zona de exposição, assim como o número de pessoas para forçar a que nesses locais, se houver atravessamento, o mesmo aconteça por condutas no solo.-----

-----Na defesa do património particular.-----

-----Habitualmente a empresa adquire, de forma amigável ou litigiosa, os terrenos necessários à implantação da infraestrutura. Propositadamente esquecem-se dos terrenos que ficam incluídos na área de servidão, neste caso cinquenta metros para cada lado, que quando são de construção deixam de ter valor. Mesmo os agrícolas ou florestais deixam de ter qualquer aproveitamento. Não se podem ainda esquecer todos os terrenos de construção das áreas adjacentes aos corredores de passagem, que também sofrem uma enorme depreciação. Quem estará interessado em adquirir um terreno para construir o que quer que seja nesses terrenos? Ninguém, com toda a certeza. A mesma desvalorização vai ocorrer a todas as habitações existentes no corredor e nas áreas circundantes.-----

-----Por isso, consideramos que para acautelar os interesses das pessoas, principalmente das mais carenciadas, na defesa do seu património, que vão lutar contra um gigante, propomos que o município constitua um grupo de trabalho multidisciplinar de técnicos municipais para levar a cabo as seguintes tarefas:-----

-----Levantamento de todos os terrenos e edificações afetados;-----

-----Avaliação a preços de mercado daqueles prédios;-----

-----Sensibilização da população para os problemas que vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

enfrentar;-----

-----Para a fase, se vier a acontecer, das expropriações, garantir apoio jurídico a todos aqueles que necessitem, desde o aconselhamento inicial perante as propostas de aquisição amigável até ao acompanhamento dos processos litigiosos.-----

-----Este é o trabalho silencioso que deve ser feito e que defenderá objetivamente os interesses das pessoas numa luta desigual. Se a empresa souber que todas as pessoas estão bem informadas e bem assessoradas e que serão defendidas até às últimas consequências, a sua atitude será diferente, as suas propostas iniciais para negociar acreditamos que serão mais favoráveis aos proprietários.-----

-----Compreendemos a importância das ações mediáticas em torno deste tema, mas se estas não estiverem devidamente sustentadas no terreno e com o envolvimento da população serão facilmente desmontadas pela investida de uma das maiores empresas portuguesas.---

-----No último ponto referir que sendo certo que o nosso concelho é atravessado por esta linha, que esta acarreta prejuízos para o concelho no seu todo, mas especialmente para cada uma das freguesias afetadas, consideramos que, pelas agressões aos vários níveis (ambiental, saúde pública e patrimonial), pela perda de atratividade, no turismo e atividades afins, é mais do que justo que possam haver contrapartidas a pagar pela REN que devem ser repartidas equitativamente por cada uma das freguesias. Apelamos a que o executivo estude muito bem como atacar esta temática, de modo a acautelar e maximizar essas contrapartidas.-----

-----Sabemos que estas contrapartidas não vão compensar os danos causados, mas perante uma inevitabilidade devemos tentar obter alguma forma de compensação.-----

-----Para concluir, temos de lançar o desafio aos grupos municipais dos partidos que suportam o Governo, o PSD e o CDS, para utilizarem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sua capacidade de influência junto do ministro do Ambiente que, pelos vistos, até tem alguma afinidade com o nosso concelho.-----

-----Sendo inevitável o atravessamento desta linha, tentem minimizar o impacto deste projeto e lutem pela escolha de um traçado alternativo que não seja tão prejudicial como os que estão a ser equacionados.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem agora a palavra o senhor deputado Mário Costa.-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Boa-noite. A REN (Rede Elétrica Nacional, S.A.) quer instalar uma linha dupla trifásica de transporte de energia elétrica de muita alta tensão entre Vila do Conde e a Rede Elétrica de Espanha, a quatrocentos quilovolts, cerca do dobro da tensão habitual nas linhas de alta tensão em Portugal.-----

-----Está previsto que as linhas passem por oito concelhos do distrito de Viana do Castelo, por Vila Nova de Famalicão e Barcelos, no distrito de Braga, e por Vila do Conde e Póvoa de Varzim, no distrito do Porto, implicando uma passagem por cento e vinte e uma freguesias nos referidos distritos.-----

-----As populações afetadas não tiveram sequer conhecimento de tais planos e, na maior parte destes municípios, não houve qualquer debate público sobre este assunto.-----

-----Segundo estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS), é altamente recomendável que nesta matéria se estabeleça o princípio da precaução. Várias investigações técnicas, tanto da OMS como do corpo científico em Portugal, Espanha e de outras partes do mundo, apontam, nas suas conclusões, para uma relação direta entre a instalação destas mega estruturas e o aumento de casos do foro oncológico, nomeadamente para uma maior ocorrência de leucemia, Alzheimer ou esclerose lateral amiotrófica, nas populações expostas às ondas eletromagnéticas emitidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

por estas estruturas.-----

-----A linha que a REN quer implantar desde o Alto Minho até ao Porto prevê o transporte de energia numa potência inaudita em Portugal, num traçado que até agora foi apresentado de forma pouco rigorosa (intencionalmente ou não) quanto à proximidade a locais povoados, sem que as várias Juntas de Freguesia tenham recebido o estudo de impacto ambiental e sem que as populações afetadas tenham sido devidamente informadas e tenham tido possibilidade de debater o assunto.-----

-----No estudo de impacto ambiental, constante do documento, não estão previstas as consequências para a saúde das populações e para as economias locais, sendo certo que as ondas eletromagnéticas e o ruído emitido são prejudiciais para o bem-estar das pessoas e terão efeitos negativos sobre várias atividades económicas muito importantes para as regiões atravessadas (turismo, agricultura, pecuária, por exemplo) e levam à desvalorização da propriedade, nomeadamente das habitações.---

-----Este não é um problema novo e sabe-se que há alternativas técnicas para o transporte de energia elétrica de muita alta tensão, com muito menor impacto para as populações e o ambiente, como, por exemplo, por meio subterrâneo ou, neste caso atendendo à localização geográfica, por via submarina. A REN nada disto equaciona nos seus estudos porque a única razão é a diminuição da despesa mesmo que seja feita à custa das pessoas e das localidades.-----

-----Refiro-vos que o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República já apresentou um requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, onde apresenta as seguintes perguntas:-----

-----Reconhecendo o elevado impacto da instalação de uma linha de muito alta tensão e a falta de esclarecimento sobre esta matéria junto das autarquias e populações afetadas, o Governo vai alargar o prazo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

consulta pública, pelo menos até final do mês de março, relativamente à proposta de instalação da referida linha de transporte de energia elétrica a quatrocentos quilovolts?-----

-----O Governo considera que a REN deve apresentar, no caso exposto, estudos sobre formas alternativas de transporte de energia elétrica de muito alta tensão, principalmente nas áreas populacionais?-----

-----O Governo vai exigir à REN que a proposta de traçado seja apresentada de forma rigorosa, com identificação clara dos núcleos populacionais, edifícios e respetivos usos, património cultural e ambiental, que possam vir a ser sobrepassados pela mencionada linha de muito alta tensão?-----

-----É de todo importante também referir, quanto nós saibamos, o BE foi o único partido que tomou posição pública através de comunicado conjunto das estruturas locais dos concelhos afetados nos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto, manifestando como exigências, em nome do bem-estar das populações, do desenvolvimento económico das regiões e da qualidade ambiental, que o prazo de consulta pública seja alargado até ao final de março do corrente ano, de modo a que os interessados se possam pronunciar e o esclarecimento das populações seja promovido. Ao mesmo tempo, a REN deve apresentar estudos que contemplem outras formas alternativas à passagem desta linha de muito alta tensão.-----

-----Pelo exposto depreende-se que o Bloco de Esquerda está totalmente a favor da posição manifestada pelo executivo camarário e aqui trazida para discussão e, para além da solidariedade e participação em formas de contestação a serem levadas a cabo, também incita os barcelenses em particular – até porque é o concelho com maior número de freguesias envolvidas –, mas de forma geral todos os residentes nos municípios afetados, a criarem uma frente de luta capaz de travar estes intentos danosos. Por outro lado, e valorizando a posição da nossa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Câmara, consideramos que é fundamental envolver as Juntas de Freguesia por onde é prevista a passagem da rede, sensibilizando estes executivos autárquicos para a necessidade de informar e mobilizar as populações. Também consideramos que deve ser lançado o repto e o alerta a todos os municípios da área de cobertura deste projeto desastrado.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. No essencial o Partido Comunista Português está de acordo com a proposta da Câmara Municipal de Barcelos. Apesar do contributo que poderemos dar votando favoravelmente esta proposta, o Partido Comunista entendeu assumir a sua própria posição política, enviada à Câmara, alargando o combate a este projeto que terá efeitos negativos no concelho de Barcelos.-----

-----Dos diversos efeitos induzidos pelas linhas de alta e muito alta tensão, três merecem a principal atenção pelas suas consequências no meio circundante: a interação com o ordenamento do território e o urbanismo (PDM); impactos na paisagem rural e urbana pelo valor sociocultural coletivo; consequências na saúde da população residente e trabalhadora na proximidade destas infraestruturas.-----

-----Não vamos esmiuçar o impacte negativo do projeto, pois consideramos que estão a maioria dos aspetos relatados na proposta agora em votação.-----

-----O Partido Comunista Português entende que, na instalação de redes de transporte de eletricidade em alta e muito alta tensão, tem de se conciliar as necessidades de desenvolvimento e eletrificação do país, o ordenamento do território, ambiental e urbanístico, mas sobretudo o bem-estar e segurança da população. O princípio da precaução deve estar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

sempre presente e defendemos a regulamentação dos limites máximos de exposição humana às radiações eletromagnéticas que respeitem as recomendações da Organização Mundial de Saúde e que estejam de acordo com as melhores práticas dos países da União Europeia.-----

-----O primado do interesse público deve prevalecer em todas as circunstâncias ao interesse económico. E aqui não temos dúvidas que o projeto atende à minimização dos custos em detrimentos do bem-estar da população barcelense e naturalmente também dos outros concelhos.-----

-----E por isso e por termos esta convicção e não termos a dúvida de que o que está em causa é minimizar os custos, sublinhamos a inquestionável relação do tratamento deste e outros processos com a privatização da REN, na lógica exclusiva da maximização dos lucros, subvertendo a sua eminente natureza de prestadora monopolista de essencial serviço público.-----

-----Evitar a progressão desenfreada e anárquica de linhas aéreas de transporte de eletricidade de muita alta tensão e o seu confronto com o direito ao bem-estar das populações é pouco compatível – para não dizer incompatível – com a desregulamentação, liberalização e privatização crescente do setor energético em Portugal. Por tudo isto o PS tem sérias responsabilidades. E já que estamos numa sessão de pedir esclarecimentos, aproveitava a oportunidade e pedia ao Partido Socialista que esclarecesse porque é que deu os passos para privatizar a REN e que explique a sua política energética que leva inclusive à dependência de Portugal no setor energético devido a políticas liberalizadoras. Por tudo isto o PCP lutou contra a privatização da REN e apresentou várias vezes na Assembleia da República projetos-lei que regulamentasse as redes de alta tensão, pretendendo conciliar a necessidade de eletrificação do país e o bem-estar da população.-----

-----Rejeitamos o projeto apresentado por considerar que não estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

atendidos os interesses ambientais, patrimoniais e humanos, não estão demonstradas e minimizadas as consequências negativas para o concelho de Barcelos, não está garantido o princípio da precaução da exposição a radiações eletromagnéticas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde e não são considerados os contributos das autarquias locais, desrespeitando a sua autonomia na organização do território.-----

-----Por isso, votamos a favor da proposta e o próprio Partido Comunista Português fez chegar à Câmara uma proposta que reforce este combate que é necessário travar contra esta autoridade da REN que tem, como digo, o fundamento do lucro e não o fundamento social, visto que o Partido Socialista resolveu privatizar a REN.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Peço um pouquinho a vossa paciência porque este processo é de facto um bocado complexo.-----

-----Eu vou começar pelas intervenções e depois terei muito gosto em corresponder ao repto que me foi feito pelo Partido Socialista de explicar a complexidade do que é a linha de muito alta tensão. E atenção, não se confunda alta tensão, isto tem a ver com a linha de muito alta tensão que é vinte e seis vezes mais grave do que a de alta tensão.-----

-----Mas começando pela intervenção do senhor deputado do MIB, Armando Costa, o senhor deputado veio falar aqui na estratégia conjunta com os municípios. Aliás, quero aqui também dizer que tive o cuidado de convidar os líderes municipais para uma reunião para lhes tentar explicar a posição do município e auscultar aquilo que tinham os senhores líderes com assento aqui na Assembleia em relação a esta matéria. E o senhor deputado do MIB fez uma intervenção nessa reunião que insiste e persiste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

nela aqui e eu vou-lhe responder naturalmente dentro daquilo que lhe disse na altura que reunimos.-----

-----Mas deixe-me dizer-lhe que não é fácil, aquilo que se vê publicamente é que todos os municípios são contra, incluindo aqueles que são beneficiados pela linha de muito alta tensão. O problema aqui é que Barcelos é o mais fustigado de todos. Isto está assumido numa reunião que houve no dia onze de Fevereiro, que não fui eu que estive presente, foi o vereador Domingos Pereira que foi representar o município, e interpelou a empresa que é a Atkins, salvo erro, que está a fazer o trabalho de consultoria com a Agência Portuguesa do Ambiente, e na altura eles próprios reconheceram que Barcelos era o mais fustigado e quando o senhor vereador se identificou como sendo o executivo municipal de Barcelos houve um embaraço muito complicado. E de facto Barcelos é o município que mais sofre com isto. Agora, a posição não pode ser concertada, nós temos que fazer o nosso papel, naturalmente apelar aos colegas por onde passa, porque isto às vezes não é só os municípios por onde passa, é também aqueles que são afetados de forma indireta, como disse, dentro das envolventes do que é uma linha de muita alta tensão. Portanto, nós estando atentos àquilo que vai ser a posição dos municípios vizinhos, temos de uma forma veemente tomar a posição, que foi aquilo que fizemos.-----

-----E quero lembrar aqui que este processo é um processo que já vem do ano passado. Aliás, ele começa em dois mil e oito e a Câmara Municipal em Agosto do ano passado manifestou-se contra o projeto que na altura tinha três corredores que foram apresentados, e a Câmara manifestou-se já nessa altura. Só que nós estamos a falar numa fase diferente do projeto, que é a discussão pública. E aqui o senhor vem com aquela alternativa dizendo que é preciso compensações, é preciso dinheiro... Isto não é uma questão de dinheiro, não é uma questão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

compensações, é uma questão de princípio e vou dizer aquilo que lhe disse naquela altura, que se passar perto da sua casa o senhor também não gosta. E, portanto, se nós pudermos evitar isso a qualquer custo, é nosso dever enquanto executivo e enquanto cidadãos lutar contra qualquer alternativa.~

~Depois veio dizer aqui uma coisa, que não basta *show-off*. Eu não sei onde é que está o *show-off*. Isto foi uma posição que foi remetida à Câmara Municipal, numa reunião extraordinária, foi informada a imprensa da posição que a Câmara ia tomar, a imprensa veio cá, ainda bem que veio porque nos permitiu também publicamente passar a nossa mensagem. Mas há uma pergunta que lhe tenho que fazer, senhor deputado: qual foi a posição que o MIB teve na discussão pública que decorreu até ao dia vinte e sete de fevereiro? É que o Partido Comunista tomou uma posição que eu tive o cuidado de remeter para a Agência Portuguesa do Ambiente, mas que eu saiba não vi ou não haverá, digo eu, porque se houvesse o senhor já tinha evidenciado isso na sua intervenção, mas o senhor não interveio nem o seu partido na discussão pública que terminou a vinte e sete de fevereiro.~

~Depois vem aqui dizer que é preciso acautelar as pessoas carenciadas. Isto é uma demagogia, eu tenho alguma dificuldade em encarar isto, porque isto não é uma questão de carência, é uma questão dos direitos dos cidadãos, é uma questão de ambiente, é uma questão de impacto na saúde pública, é uma questão de descaraterização do território, é uma questão paisagística, é uma questão arquitetónica, é uma questão dos direitos de propriedade que nós temos, estaríamos aqui a falar de muita coisa daquilo que estamos a falar. Não estamos a falar de pessoas carenciadas, estamos a falar de todos enquanto cidadãos independentemente da sua carência ou não.~

~Depois, se leu a decisão da Câmara, vê lá que todas as Juntas têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

apoio jurídico quando precisarem da intervenção. Isto tem que ser controlado do ponto de vista público, fazendo valer e exigindo naturalmente, porque isto é uma questão política e meramente política, e tentando discutir isto a esse nível e não pode ser a um nível de agora criamos aqui uma discussão, começamos aqui a criar situações, porque isto tem questões muito técnicas e que muitos cidadãos são capazes de não o entenderem, e criarmos aqui um drama e um alerta de coisas que somos nós enquanto órgão executivo, somos nós enquanto Assembleia, que temos o dever de acautelar e tomar as posições que correspondem ao interesse dos nossos cidadãos. Aliás, o senhor também propôs aqui que os partidos da área da governação, neste caso o PSD e o CDS, interviessem, esse foi um apelo que eu fiz na reunião de Câmara ao qual o senhor vereador Domingos Araújo correspondeu e afirmou que o seu partido, naturalmente naquilo que estivesse ao seu alcance, iria junto do Governo tentar valer os direitos do município de Barcelos.~

~Em relação ao senhor deputado Mário Costa. O senhor deputado veio dizer que não houve discussão pública. Há uma discussão pública que o Bloco de Esquerda acho que não respondeu. Eu percebi, o senhor falhou uma reunião e justificou naturalmente por impossibilidade, mas eu não conheço. A discussão pública faz-se nos órgãos próprios que estão determinados por lei e esta discussão pública está determinada por lei, e, portanto, é lá que se tem que fazer a discussão, porque se não for lá feita acredite que lá em baixo ninguém vai querer saber dos nossos direitos, um direito que está consignado na lei é a discussão pública.~

~E depois deixe-me dizer que os presidentes de Junta, a maioria pelo menos, segundo a informação da APA, foram notificados, há alguns que disseram que não foram notificados, eu reuni com os senhores presidentes de Junta, criámos algumas condições nos serviços para as Juntas de Freguesia onde atravessa a linha que são, pela organização



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

administrativa anterior, sessenta e três freguesias, pela nova são vinte e duas, tiveram a oportunidade, eu fiz esse apelo aos senhores presidentes de Junta porque era importante cada uma das freguesias pronunciar-se em sede da discussão pública, foi isso que foi feito e os serviços do município ficaram disponíveis para ajudar.-----

-----Mas deixe-me dizer-lhe que esta discussão começou em dezembro e também não sou ingénuo ao ponto de pensar porque é que isto começou em dezembro, um período de festas, de Natal, enfim, que apanha as pessoas um bocado distraídas. Há uma coisa muito estranha que aconteceu: o *site* onde se fazia esta discussão esteve praticamente bloqueado durante o período todo e foi por aí até que a própria Agência Portuguesa do Ambiente acabou por prorrogar o prazo.-----

-----Outra questão que o senhor deputado levanta aqui é que não é viável, o seu partido pode fazer os requerimentos que quiser, a lei tipifica que para estas discussões são cinquenta dias e os cinquenta dias acabaram a vinte e sete de fevereiro. Portanto, é de lei, a não ser que o Governo altere a lei, mas, pronto, não é possível. Portanto, as atitudes a tomar teriam de ser feitas até ao dia vinte e sete.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Mário Figueiredo. Eu quero dizer que o Partido Comunista foi o partido que entendeu, por escrito, manifestar a sua posição, embora ela basicamente coincidente com aquilo que foi decidido em reunião de Câmara. Eu já entreguei os documentos ao senhor deputado que tive o cuidado de enviar à Agência Portuguesa do Ambiente a posição do Partido Comunista. Portanto, já entreguei ao senhor deputado essa documentação.-----

-----Entretanto deixe-me dizer-lhe uma coisa. O senhor vem aqui dizer uma coisa que eu acho extraordinária: pedir responsabilidades ao Partido Socialista por ter privatizado a REN. Eu penso que o Partido Socialista de Barcelos não teve intervenção nenhuma lá, foi a nível



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

nacional. Eu também não lhe vou pedir a si que me justifique porque é que um dos seus líderes, e é talvez a segunda figura mais importante do Partido Comunista, que é o meu colega Bernardino Soares, fez uma aliança com o PSD. Eu não lhe vou atribuir responsabilidades nenhuma para isso. O senhor não sabe que fez uma aliança com o PSD? Então fica a saber por mim. Recusou-se a fazer com o PS e fez com o doutor Fernando Costa. Senhor deputado, deixe-me dizer-lhe que o doutor Fernando Costa até chegou a dizer no congresso do PSD este fim de semana, que é uma das coisas que o PSD tem um bocado essa característica, é trazer militantes da CDU, já trouxe a Zita Seabra, se calhar um dias destes o senhor vai ter o Bernardino Soares no PSD.~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~

~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~~Bom, mas agora falando de coisas concretas e objetivas, há um documento que foi enviado pelo município, há uma posição tomada em Agosto de dois mil e treze, e, no âmbito da discussão pública, enviámos a nossa contestação. E aquilo que está decidido por unanimidade na reunião de Câmara é que eu tenho poderes, do ponto de vista da legalidade e dos meios que sejam necessários, para levar até às últimas consequências a não instalação da linha de muito alta tensão.~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~

~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~::~~Até porque essa ideia de que temos que dar alternativas não o devemos fazer. É nosso entendimento que o promotor, neste caso a REN, é que terá que arranjar alternativas. Nós sabemos e temos consciência que as alternativas que estão a ser sugeridas são muito mais caras, nós temos essa consciência. Mas há uma coisa que não podemos abdicar: é o direito à saúde pública, ao ambiente, ao nosso património, à nossa paisagem, à nossa história, aos nossos monumentos arquitetónicos, não podemos abdicar disto. E, portanto, aquilo que nós vamos fazer é, até às últimas consequências, reivindicar e exigir os direitos dos barcelenses. Sabendo nós que é uma necessidade a linha de muito alta tensão, é preciso que seja feito e de forma a que crie o menor impacto possível em todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

populações, não é só de Barcelos. Aliás, há uma característica interessante: os municípios que beneficiam desta linha de muito alta tensão também são contra esta própria linha. Portanto, estamos aqui a falar de direitos dos cidadãos e de perdas que eu não tenho neste momento condições para quantificar os custos que uma medida destas traz.-----

-----E digo-vos já, vai atravessar o Monte da Franqueira! Se tivermos a consciência de que isto são torres que podem ir entre setenta e cinco a oitenta metros de altura, se considerarmos que a base é sustentada numa área de cerca de duzentos metros quadrados e que tem que ter margens de segurança para cada um lado, se puderem imaginar um bocadinho, o que é que nós temos? Temos uma torre enorme no meio das nossas terras e tem cada um dos lados da torre de proteção. Portanto, analisem, basta ir aqui ao castelo ou à frente da Matriz olhar para o Monte da Franqueira e perceber como é que ele vai ser rasgado. Aliás, anteontem, numa entrevista à SIC, uma das coisas que eu pedi à jornalista foi que ela filmasse o Monte da Franqueira e que pudesse imaginar estas torres a atravessar o concelho de Barcelos. E passará aqui muito, muito próximo do casco histórico e isto é intolerável.-----

-----Mas eu sou daqueles que defendo que ela não deve passar em lado nenhum. Temos que arranjar alternativa, há alternativa subterrânea. Posso-vos dizer que até por brincadeira e foi quase ironizando, quando me puseram a questão, eu disse: “Ó pá, porque é que não a levam lá para o alto-mar?”, mas depois um técnico chamou-me à atenção dizendo que é possível levá-la por alto-mar. Eu por acaso estava a brincar. Também não sou da área, mas imaginei que isso não fosse possível, mas tecnicamente é possível quer em moldes subterrâneos, quer no mar. Portanto, se é possível, eu sei que é muito mais caro, pelo menos é a informação que eu tenho. Portanto, a bem de uma causa humana, uma causa de direito, devemos exigir à REN que isto seja feito com as cautelas necessárias e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS
(Gabinete do Presidente)

nunca na perspectiva de sermos nós a legitimar uma alternativa. Porque ao legitimarmos uma alternativa de certeza absoluta estamos a prejudicar alguém e eu, em consciência, nunca hei-de permitir que haja prejuízo de um único cidadão.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor presidente. Tem a palavra o senhor deputado Armando Costa.-----

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – Só tentando esclarecer aqui as questões levantadas pelo senhor presidente da Câmara. O senhor presidente da Câmara gosta muito de pessoalizar aqui as temáticas. É a sua forma de ver a política, a minha é completamente diferente. E posso-lhe dizer que o corredor alternativo que falámos aqui e que em princípio estará em cima da mesa curiosamente passará mais perto da zona onde eu resido do que qualquer uma das outras opções.-----

-----Depois, em relação à questão do apoio das Juntas, eu peço-lhe que tenha um bocadinho mais de atenção à minha intervenção porque eu falei mais do que apoio jurídico às famílias carenciadas. Falei não só do apoio jurídico mas também na constituição de uma comissão multidisciplinar que possa, para além do apoio jurídico, dar todo o suporte a essas populações na contestação e na negociação que podem vir a ter com a empresa.-----

-----Em relação ao contributo do MIB. Tal como eu disse no início da minha intervenção, nós estamos de acordo com a posição do município, isso foi manifestado pelo nosso vereador em reunião de Câmara do dia vinte, que foi antes do final do prazo de consulta pública definido. Por isso, também se viéssemos a acrescentar alguma coisa corríamos o risco de ver aquilo que nós dissemos ser desvalorizado da mesma forma que foi o contributo que o PCP deu e que o senhor presidente da Câmara acabou por desvalorizar aqui.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. Eu acho estranho que a Câmara Municipal de Barcelos, e bem, que está a combater este projeto que tem danos incalculáveis no nosso concelho, não consiga perceber que muitos destes danos não poderão ser minimizados porque a REN caiu, por intermédio da privatização, na alçada de só maximizar os lucros e pouco se importando com o bem-estar social, e quem deu os passos para privatizar a REN foi o Partido Socialista. Vai ser muito difícil demover a REN porque a filosofia da REN agora é obter lucro. Portanto, eu não consigo perceber como é que o senhor presidente da Câmara não consegue fazer este relacionamento e não consegue responsabilizar o Partido Socialista por mais uma privatização que fez e mais a delapidação de um mecanismo importante ao serviço do país.-----

-----Depois acho um despropósito trazer aqui a questão da Câmara de Loures, ainda por cima de uma forma mentirosa. É que o Partido Comunista, que vence a Câmara de Loures com minoria, convidou as outras duas forças para ter vereação e o Partido Socialista não aceitou. E não aceitou porquê? Porque queria tornar a Câmara de Loures ingovernável, que a tinha acabado de perder. E porque é que queria tornar a Câmara ingovernável? No seu princípio antidemocrático de tentar um novo assalto à Câmara com novas eleições e depois também para impedir a auditoria que o Partido Comunista marcou à gestão do Partido Socialista. E se o senhor presidente da Câmara andou aqui várias vezes a insinuar sobre aquilo que se ia conhecer sobre a gestão do PSD em Barcelos, também vamos conhecer, se calhar, algumas coisas sobre a gestão do PS em Loures. Mas aguardemos!-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----E para lhe dizer outra coisa. O Bernardino Soares começou na política, antes do senhor presidente, no Partido Comunista e mantém-se no Partido Comunista. O senhor presidente começou há cinco anos ou seis e dizia-se orgulhosamente Independente. Já vai no PS...! Já vai no PS...!-----

-----E agora também lhe desafio, até porque o senhor presidente disse aqui que era um homem frontal, aquilo que disse aqui que diga ao Bernardino Soares no próximo encontro que tiver com ele.-----

-----Mas também lhe vou dizer outra coisa: sabe o que é que aconteceu na freguesia de Setúbal que foi ganha também pelo Partido Comunista sem maioria? Sabe o que é que aconteceu? O Partido Comunista tenta formar a Junta, convida o Partido Socialista que não aceita, convida a segunda vez que não aceita, e na primeira vez que se faz a instalação da Junta o Partido Socialista mete logo uma moção para novas eleições. Era isto que vocês queriam para Loures! Era este aspeto, era esta ingovernabilidade... Vocês riem-se, mas depois no dia-a-dia um Deus dará à custa destes homens.-----

-----Agora desafio o senhor presidente a dizer isso ao senhor Bernardino, que eu também estou algumas vezes com ele e hei-de perguntar-lhe se o senhor presidente teve essa frontalidade e essa coragem de dizer o que disse aqui.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. O senhor presidente da Câmara quer usar da palavra ou podemos passar à votação?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, só uma questão. É só para dizer aqui ao senhor deputado que, quando estiver com o doutor Bernardino, falarei com ele e vou fazer questão de lhe dizer que se falou nesta questão aqui.-----

-----Agora o senhor deputado não percebeu a minha ironia, porque ele está-nos a atribuir aqui responsabilidades que são nacionais e aquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

que eu queria dizer ao senhor deputado é que os partidos tomam as suas decisões e a nossa influência nessas decisões, enquanto concelho, são limitadas. O que estava a dizer é que também não lhe ia perguntar porque é que o doutor Bernardino Soares fez um acordo com o PSD!-----
 -----Mas eu entrei como Independente e mudei para o PS, mas não tenha a esperança que eu mude para a CDU porque eu não vou para lá!--
 -----Agora o que eu disse foi uma brincadeira e se o ofendi peço desculpa. Achei interessante aquilo que o doutor Fernando Costa disse no congresso do PSD, porque a CDU já perdeu uma vez a deputada Zita Seabra, que foi para o PSD. E eu disse na altura com quem estava, porque o doutor Fernando Costa disse “Eu para a CDU não vou de certeza. É mais fácil vir o doutor Bernardino Soares para o PSD”, “é mais fácil de facto o doutor Bernardino Soares...” – eu conheço o Fernando Costa – “...mudar para o PSD que o Fernando Costa mudar para a CDU”.-----
 -----É só isso.-----
 -----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos passar então à votação do ponto número quatro!-----

-----Quem vota contra, por favor, levanta-se.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém, por favor, levanta-se.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Para declaração de voto, tem a palavra o senhor deputado José Novais.-----

DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

-----Efetivamente o projeto de construção da linha de muito alta tensão, a quatrocentos quilovolts, atravessando o concelho de Barcelos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

norte a sul, acarreta irremediavelmente prejuízos para Barcelos.-----

-----O executivo municipal tem o dever e a obrigação de acompanhar, como tem feito, e zelar pelos interesses coletivos dos barcelenses ameaçados que estão com a implantação desta infraestrutura de grande porte.-----

-----Porque efetivamente, conforme já foi referido aqui pelos diferentes intervenientes, são enormes os prejuízos causados com a implantação desta linha elétrica e o PSD corrobora dessas preocupações:--

-----Desde logo na área com a implantação dos postes, grandes áreas, digamos, da dimensão deste auditório em termos de implantação, dezasseis por dezasseis;-----

-----A largura do corredor;-----

-----A impossibilidade de construção em terrenos urbanos e urbanizáveis;-----

-----A devastação da floresta;-----

-----O desperdício da área agrícola;-----

-----A degradação paisagística;-----

-----O prejuízo para o património natural e edificado são muito grandes;-----

-----Para além do mais, o malefício para a saúde das pessoas é um dado adquirido e indesmentível e que preocupa desde sempre as pessoas quando estão em causa linhas elétricas, postes de telecomunicações, etc.--

-----Senhor presidente, o executivo municipal deverá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para influenciar no sentido de desviar o traçado para fora do concelho ou, na sua impossibilidade, influenciar para um percurso menos gravoso para o concelho.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Vamos então agora passar ao ponto número cinco da ordem do dia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento da Casa da Juventude de Barcelos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Estão abertas as inscrições!-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, tem a palavra.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. Embora o argumento da Câmara Municipal de Barcelos para encerrar a Casa da Juventude ao sábado pareça válido e sensato, destacamos que é a velha tática dos sucessivos Governos: retiram qualidade aos serviços públicos, tornam os equipamentos pouco atrativos levando ao afastamento da população, justificando, dessa forma, o desmantelamento ou o encerramento do serviço. Foi assim com o hospital, com os tribunais, com o transporte ferroviário.-----

-----Com esta decisão, a Câmara de Barcelos está a retirar aos jovens, e especialmente aos jovens trabalhadores, a possibilidade de frequentar a Casa da Juventude.-----

-----Em vez de reduzir o horário de funcionamento com o encerramento ao sábado, a Câmara Municipal de Barcelos deve rever a sua política de dinamização da Casa da Juventude, criando e promovendo diversos projetos de cariz educativo, social e cultural, de acordo com os gostos e apetências dos jovens, no sentido da sua participação, aproximação e valorização, tornando este sentido um verdadeiro objetivo da política da juventude e não apenas uma letra morta que existe no sítio do município.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Hugo Cardoso.-----

DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Vereadores, Senhoras Vereadoras, Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, Caríssimo Público e Caríssima Comunicação Social.-----

-----A juventude cada vez mais importante não só pela sua crescente intervenção política e social, mas também pela sua participação em número cada vez maior em iniciativas culturais programadas, exigiu desde sempre um maior empenho dos políticos.-----

-----Nesse sentido, Barcelos, a exemplo de muitos outros concelhos, resolveu criar e dinamizar num passado não muito longínquo as denominadas “Casas da Juventude”, verdadeiros centros de informação, formação e dinamização de atividades dirigidas às juventudes mais exigentes, mais protagonistas, mais intervenientes e mais artísticas.-----

-----Estes projetos surgem assim para preencher o vazio que parecia existir na formação das novas gerações através do convívio, do lazer, possibilitando aos jovens mais possibilidades de realizar um baixo leque de atividades estimulantes, criativas, inovadoras e produtivas.-----

-----Adorados por uns, criticados por outros, a verdade é que estes espaços de juventude são fundamentais, especialmente para a população não residente na cidade e para os jovens do secundário que pela sua faixa etária acabam por ter interesse por temáticas que podem e devem ser trabalhadas por este tipo de projetos.-----

-----A Casa da Juventude deve ser um espaço de informação do município, um local de estudo, mas deve sobretudo, para além de incluir espaços de informação, incluir também a ideia de gabinetes de apoio a oficinas.-----

-----É fundamental pois que a Câmara perceba qual o seu papel como complemento à formação tradicional da escola e da universidade.-----

-----A Câmara pode e deve prestar apoio ao nível da descoberta da vocação dos jovens com apoio vocacional.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----A Câmara pode e deve também contribuir para a reintegração dos jovens das escolas através de programas de reciclagem, de formação, de certificação de competências.-----

-----A Câmara pode e deve prestar apoio na ligação entre o mercado de trabalho e a escola, criando, por exemplo, iniciativas tão simples como a de auxiliar na realização de um simples currículo.-----

-----Existe, portanto, muito e bom trabalho que pode e deve ser desenvolvido pela Câmara Municipal e muito em particular pelo pelouro da juventude para apoiar e dinamizar a Casa da Juventude.-----

-----E o que salta à vista, meus senhores, quando lemos a proposta da Câmara Municipal de Barcelos é que para este executivo é preferível ir diretamente pelo caminho mais fácil, isto é, em vez de pensarmos numa forma de dinamizar a Casa da Juventude, em vez de se pensar cativar mais jovens a aderir e a participar nos serviços que a Casa da Juventude tem para oferecer, resolvem, pura e simplesmente, encerrar os serviços ao sábado, com o argumento que dada a procura que o serviço tem não se justifica o seu funcionamento face aos elevados custos que o mesmo acarreta para o município.-----

-----Pior, usam como argumento o facto da biblioteca até cumprir com aquilo que era o serviço que até agora a Casa da Juventude prestava, quando sabemos perfeitamente que o público-alvo é diferente e, portanto, nunca será a mesma coisa.-----

-----E mesmo sabendo que em concelhos vizinhos não há exemplos de Casas de Juventude encerradas ao sábado, este executivo mais uma vez pela negativa dá o exemplo de como não se deve fazer.-----

-----Não entendo, ou melhor, entendo e compreendo o que está em causa mas não concordo e julgo que ninguém pode concordar com isto.--

-----Os jovens que frequentam este tipo de casas – a Casa da Juventude – até podem não ter idade para votar, até pode não ser aquele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

público-alvo que se procura em tempo de eleições, mas merecem respeito e sobretudo merecem mais atenção.-----

-----E se o problema são os custos, senhor presidente, permita-me a frontalidade e o conselho, julgo que o mais acertado talvez fosse começar por cortar no que realmente não interessa nada para os jovens que usam a Casa da Juventude e recomendava, por exemplo, que começasse por cortar, por exemplo, em quem tão mal tem gerido esta Casa da Juventude.-----

-----Deixo aqui uma pergunta que eu gostaria de obter resposta se possível. Perguntava se foi feita alguma iniciativa, se o partido ou se a Câmara pensou nalguma forma alternativa para este desfecho.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. O senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Só para dizer ao senhor deputado Hugo Cardoso que, como sempre, o senhor anda distraído. O senhor não compreende o que são os custos, o senhor não compreende o que são as justificações, mas gostava que me respondesse a uma pergunta que eu também lhe vou fazer. Porque é que o seu partido, através do ACES, acabou com as consultas médicas, acabou com o apoio aos jovens em enfermagem e planeamento familiar? Gostava que me explicasse o porquê disso e não se preocupasse tanto com uma coisa que neste momento não se justifica. A sua preocupação tem que ser política, não pessoal, sabe, senhor deputado? O senhor é muito jovem, o senhor é um bocado impetuoso, já não é a primeira vez que o senhor vem aqui com esse estilo... Aprenda a não responder, é jovem, a educação é uma coisa muito bonita, aprenda a conter-se! Mas gostava que o senhor deputado visse junto dos responsáveis do seu partido porque é que o ACES imediatamente tomou esta posição. E os tais jovens que o senhor tanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

fala, que não votam, também precisam disto. É verdade, informe-se, e não me lembro, se o fez perdoe-me, que tivesse tomado alguma posição em relação a isto. Sabe porquê? Porque não lhe interessa. O senhor só vem aqui falar numa coisa que nem tem grande sentido, porque é uma questão também de custo.-----

-----Quando o senhor quiser ir à Casa da Juventude, ao sábado de tarde, diga-me que eu vou lá abrir-lhe a porta.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor presidente. Vamos passar à votação do ponto número cinco da ordem do dia!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Dois, sendo um do BE, um da CDU)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Treze, sendo doze do PSD, um do PPM)-----

-----Esta proposta foi aprovada por maioria com dois votos contra e treze abstenções.-----

-----Vamos passar ao ponto número seis da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da área de trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e quatro metros quadrados, para construção do equipamento denominado “Espaço Social do Enfermeiro”, sita no lugar de Grovas, freguesia de Paradela.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Aceitam-se inscrições! Não havendo inscrições, passa-se imediatamente à votação.-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Vamos passar ao ponto número sete da ordem do dia.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da área de dezassete mil, cento e oitenta e sete metros quadrados, para legalização e requalificação do equipamento denominado «Campo de Futebol 1º de Janeiro CF “Os Ceramistas”», sita na rua 1º de Janeiro, freguesia de Galegos São Martinho.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Alguém se inscreve? Não há inscrições.--

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém)-----

-----Aprovado por unanimidade.-----

-----Passamos ao ponto número oito da ordem do dia.-----

SEGUNDO SECRETÁRIO – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com cerca de mil, quinhentos e noventa e dois metros quadrados, para construção de um edifício destinado a armazém, sita na avenida da Estação, freguesia de Viatodos.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Alguém pretende inscrever-se?-----

-----O senhor deputado Armando Costa, faz favor de usar da palavra.-----

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – O Movimento Independente por Barcelos votou favoravelmente as propostas seis, sete e oito. Pretendemos contudo deixar bem claro que as propostas em causa tratam de situações distintas:-----

-----As que se referem a instituições públicas ou privadas que visam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

executar equipamentos sociais ou desportivos;-----

-----As que se referem a empresas industriais, de comércio ou serviços, ou seja, o setor empresarial.-----

-----Nós estamos de acordo com o princípio de que a criação de emprego tem origem no investimento e, em tempos de crise, o mesmo é cada vez mais escasso. Por isso, a Câmara Municipal deve fazer tudo o que está ao seu alcance para atrair e incentivar esse investimento.-----

-----Desde sempre defendemos que esses incentivos, nomeadamente o reconhecimento de interesse concelhio deve ser objeto de regulamentação a aprovar por esta Assembleia, tal como a deliberação sobre a matéria que foi aprovada em dois mil e oito, que ainda vigora, de modo a promover a equidade, a igualdade de oportunidades, que sendo devidamente publicitada constituirá um direito para todos e não uma benesse para alguns. Discordamos desta apreciação de casos, de forma pontual, não suportada em regulamento apropriado.-----

-----O caso em apreço na proposta do ponto oito é paradigmático. Trata-se do reconhecimento de interesse público para construir um armazém, repito, um armazém, em terrenos de RAN e REN, sublinho, em RAN e REN. A ser assim, se como referiu o senhor presidente na última Assembleia isto é igual para todos, vai poder-se construir em todos os locais, mesmo na RAN e na REN?-----

-----Aproveitamos a oportunidade para apelar à Câmara Municipal que através da invisível Agência Municipal de Investimento elabore um programa de estímulo e incentivos ao investimento que possa incluir, entre outros, a isenção de taxas, a declaração de interesse concelhio, via verde para o licenciamento de atividades empresariais, comerciais e turísticas. Mas que regule, de forma objetiva, as condições de acesso ao programa e que o apresente para aprovação desta Assembleia. Seguramente que vai merecer aprovação unânime.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Como não há mais inscrições, o senhor presidente da Câmara pretende usar da palavra?-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Só para esclarecer o senhor deputado que tem sido norma o MIB, através do senhor vereador Manuel Marinho, abster-se nas reuniões de Câmara. Provavelmente aquilo que ele fez numa das últimas reuniões de Câmara não o informou, porque o senhor vereador Manuel Marinho já mudou a sua forma de encarar este tipo de processos e votou favoravelmente.-----

-----O senhor tem que entender o que é uma legalização de um estabelecimento e o que é uma construção nova. Estou cheio e cansado de falar nisso aqui. Isto trata-se de uma legalização. E, portanto, o seu vereador já aprovou um armazém também só que é na freguesia de Negreiros, que eu achei estranhíssimo a forma como ele mudou. Isto foi até, digo eu, um bocado consequência da intervenção do senhor vereador Domingos Pereira na altura, porque ele veio com a história da transparência e nós não podemos andar a falar em transparência só porque nos apetece falar ou por causa da guerrilha política. E aquilo que foi dito ao senhor vereador, se ele conhecia algum processo que não fosse transparente que o devia imediatamente denunciar. Eu penso que aí o senhor vereador refletiu e pensou que de facto estava a exagerar nos termos e mudou a sua posição, digo eu, porque senão não há razão nenhuma para ele ter votado favoravelmente a proposta logo seguinte. E, portanto, só quero dizer-lhe que o senhor não se preocupe, que não é alguém que quer instalar um armazém numa zona de reserva agrícola ou seja o que for, vem aqui, pede declaração de utilidade pública e acabou. Isto são legalizações. Se calhar algumas delas construídas na altura que o seu líder era vereador no urbanismo e agora é preciso legalizá-las.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Direito de resposta? Faz favor, senhor deputado Armando Costa.-----

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – Gostava só de corrigir uma informação que o senhor presidente referiu há pouco. É que o vereador do MIB tem votado favoravelmente estas propostas que são submetidas em reunião de Câmara, curiosamente absteve-se nesta última.-----

-----Era só isto que eu gostava de corrigir.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Vamos proceder à votação!-----

-----Quem vota contra levanta-se, por favor.-----

----- (Ninguém) -----

-----Quem se abstém levanta-se, por favor.-----

----- (Dois, sendo um do BE, um da CDU) -----

-----Aprovado por maioria com duas abstenções.-----

-----Passamos ao último ponto da ordem de trabalhos.-----

PRIMEIRA SECRETÁRIA – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Quem se inscreve para usar da palavra?-----

-----Senhor deputado Mário Figueiredo, pode intervir, faz favor.-----

DEPUTADO DA CDU – Mário Figueiredo – Muito obrigado, senhor presidente. Os trabalhadores da autarquia não têm tido sorte com os mandatos do PS: corte nos salários com o fim da opção gestonária que levou à greve dos trabalhadores; incompatibilidades profissionais para uns; injustiça salarial para cerca de cinco dezenas de trabalhadores negligenciada por este executivo; e agora a rejeição do acordo coletivo da entidade empregadora pública com o STAL, que permitia que os trabalhadores continuassem com as trinta e cinco horas e não com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

quarenta horas.-----

-----Questionamos a Câmara sobre os motivos de não assinar o chamado ACEEP.-----

-----Questionamos também a Câmara, já o fizemos mas não obtivemos resposta, sobre quantos trabalhadores exercem funções nas empresas municipais com vínculo ao município.-----

-----Questionamos a Câmara Municipal sobre quantos edifícios públicos existem no concelho de Barcelos com placas de amianto e que medidas e diligências, dentro das suas competências naturalmente, pretende a Câmara de Barcelos tomar para alterar a situação.-----

-----Questionamos a Câmara Municipal de Barcelos se já tem alguns dados ou mesmo relatório sobre a execução das obras dos danos causados pelas intempéries para o qual foi solicitado um empréstimo bancário.-----

-----Todos os dias somos confrontados com situações de dramas sociais. Agora no jornal aquela notícia de oitenta e duas crianças referenciadas sem possibilidades de tomar o pequeno-almoço.-----

-----Agora também uma revelação muito útil do vice-presidente Domingos Pereira, em que diz que todos os dias tem pessoas que querem entrar no tal programa ocupacional. E não tenho dúvidas nenhuma em afirmar que se isso acontece todos os dias não é por aquilo que a Câmara tem para oferecer seja atrativo, é que de facto os dramas familiares são enormes.-----

-----Portanto, é mais um indicativo de que as famílias barcelenses vivem situações verdadeiramente dramáticas que as leva a aceitar muitas vezes situações que elas sabem que não são dignas e que são exploradoras quanto à sua condição de trabalhadores e de seres humanos.-----

-----E eu fiz esta introdução para questionar a Câmara: que esforços e medidas irá fazer para conhecer melhor a situação social e económica das famílias barcelenses? E se está perante estes dramas que, parece, todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

dias lhe batem à porta, sujeitando-se a condições de trabalho que nós sabemos a dignidade que têm, de alargar de facto os apoios sociais às famílias barcelenses.-----

-----Outro assunto: quais os motivos da rescisão do contrato com a organização ART & TUR?-----

-----Outra questão: que medidas vai a Câmara, dentro das suas competências, tomar para recuperar o parque de viaturas do serviço de recolha do lixo?-----

-----Também gostava de ver esclarecido, quais os motivos da Câmara subsidiar a igreja em detrimento da Junta para construção de uma capela mortuária em Roriz?-----

-----E por último, queria que a Câmara me desse outro esclarecimento, se assim o entender, já me esclareceu por escrito a uma questão que eu lhe coloquei também por escrito, mas que entendi em nada satisfatória, e que é o seguinte:-----

-----Em conformidade com a cláusula oitava do protocolo entre a Mibal e a Junta de Milhazes e Vila Seca, à Câmara Municipal de Barcelos compete exercer o acompanhamento e controlo da execução do protocolo. E eu pergunto: porque é que a Câmara não exerce esse controlo que lhe está inerente até como outorgante do próprio protocolo? Visto que o protocolo está a ser desrespeitado pela Mibal essencialmente em dois aspectos: quanto à circulação de pesados no caminho municipal mil, cento e quinze, em que a Câmara Municipal de Barcelos me respondeu que não há qualquer infração porque os camiões que lá passam não pertencem à Mibal, pertencem a uma empresa prestadora de serviços que leva o produto e traz o produto da Mibal; e como é que eu entendo que a Câmara Municipal de Barcelos pactue com esta situação quando o próprio protocolo, diz lá numa linha – e uma das partes é a Câmara, as Juntas, a direção e a Mibal – “as parte celebram por acordo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

de boa-fé...”, e aqui há má-fé, quando se vai assinar um contrato a dizer que os camiões que não podem passar ali e já sabem que vão envolver uma empresa terceira, que está fora da alçada do protocolo, isto é má-fé, “...o presente contrato”. Eu não percebo como é que a Câmara Municipal de Barcelos pactua com isto. Aliás, ainda hoje me faz confusão esta amabilidade entre a Câmara e a Mibal. Não é a Câmara, o Partido Socialista. É estranho, é estranho. Se há coisas que até se pode perceber, há outras que não se consegue perceber.-----

-----E há outra situação: o protocolo prevê a construção de um caminho alternativo para a passagem desses camiões e essa construção naturalmente vai trazer custos à Mibal. Esse caminho alternativo nunca mais é construído. E eu gostaria de saber porque é que a Câmara, que tem o dever de fiscalizar o cumprimento do protocolo, não atua sobre estas situações. Aquilo que me respondeu foram respostas completamente soltas, levianas de quem não quer realmente defender os interesses das populações envolvidas e não está interessado em que o protocolo seja cumprido não por parte das Juntas mas por parte da Mibal.-----

-----Disse.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Mário Costa.-----

DEPUTADO DO BE – Mário Costa – Muito obrigado. Da informação escrita fornecida pela Câmara Municipal ressalta a grande quantidade de subsídios atribuídos a agremiações desportivas, culturais e de outra espécie.-----

-----O Bloco de Esquerda sempre pugnou pela existência de critérios claros, objetivos e transparentes para esta atribuição.-----

-----Queremos falar-vos, hoje, nos subsídios atribuídos aos clubes desportivos.-----

-----Neste capítulo tivemos sempre a mesma posição. Têm de ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

criados critérios que objetivamente estabeleçam princípios de igualdade entre todos os envolvidos. A melhor forma de manter clientelismo é nada clarificar. Então não foi este o argumento para a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia?-----

-----O que pretendo questionar neste ponto é a atribuição de subsídios a clubes, tomando como exemplo dois casos: o Gil Vicente e o Santa Maria de Galegos.-----

-----Ambos têm o mesmo protocolo firmado com a Câmara, nos termos de participação financeira ao projeto de formação das camadas jovens de futebol. Aliás, qualquer clube tem os mesmos objetivos quanto à formação jovem. Tanto forma o Andorinhas, os Ceramistas, o Roriz, como o Gil Vicente ou o Santa Maria, ou outro qualquer clube. Não podemos entrar pela discussão infundável de quem faz melhor, ou pior, formação.-----

-----O critério tem que ser outro e bem mais objetivo. O Bloco de Esquerda sempre defendeu que deveria ser o do número de atletas em formação nos diferentes escalões etários, podendo também ser atendidos hipotéticos gastos com formação.-----

-----Então vejamos o caso citado dos dois clubes que aparecem nesta informação escrita (página oito) com a indicação de proposta de atribuição de subsídio para dois mil e catorze.-----

-----Gil Vicente – duzentos mil euros.-----

-----O clube tem presentemente duzentos e cinco atletas em formação nos diferentes escalões, tem três equipas em campeonatos nacionais (juniores, juvenis e iniciados) que terão saídas mais longínquas e por conseguinte mais dispendiosas. O rácio por atleta é de novecentos e setenta e cinco euros.-----

-----Santa Maria – quarenta euros.-----

-----O clube tem presentemente cento e setenta e cinco atletas em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

formação nos diferentes escalões, tem uma equipa em campeonatos nacionais (iniciados) que terá saídas mais longínquas e por conseguinte mais dispendiosas. O rácio por atleta é de duzentos e vinte e oito euros e meio.-----

-----Reparem bem que cada atleta do Gil Vicente é participado cerca de cinco vezes mais que os atletas do Santa Maria, ou seja, em mais setecentos e quarenta e sete euros.-----

-----Gostava que o senhor presidente desse uma justificação convincente para esta desigualdade tão incompreensível. Não me responda com o nome do clube ou a representatividade para Barcelos, estamos a falar de formação e a este propósito até lhe posso dizer, porque é verdade, que o Santa Maria tem produzido, se assim se pode dizer, mais-valias futebolísticas contabilizado por jogadores de primeira divisão relativamente ao Gil Vicente.-----

-----A intenção do Bloco de Esquerda não é ser contra ninguém, nomeadamente o Gil Vicente, mas é a de ser a favor da igualdade entre todos. Princípio basilar da democracia.-----

-----Outro assunto continua a ser a necessidade do arranjo da estrada nacional quinhentos e cinco que se inicia em Barcelinhos e serve várias freguesias do concelho. Para quando o seu arranjo?-----

-----Não nos esqueçamos dos funcionários do município que estão a cumprir o horário de quarenta horas decretado pelo Governo, mas a que um grande número de municípios já desobedeceu. Há a vontade naturalmente expressa desses funcionários em voltarem ao horário anterior. Há um abaixo-assinado a circular no edifício da Câmara. O Bloco de Esquerda está solidário com esses trabalhadores e incentiva a Câmara a aceitar esta pretensão que não trará prejuízos para os cofres municipais.-----

-----Está elencado no ponto três do documento que nos foi distribuído



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

uma variedade de ajudas à população mais carenciada, com as quais nos congratulamos, no entanto não está contemplado nenhum tipo de ajudas para com os mais idosos de Barcelos, o que é da máxima importância. Quais são as ações e ajudas que esta Câmara tem e visem o bem-estar dos barcelenses mais idosos?-----

-----Um outro aspeto, os computadores instalados nas escolas do primeiro ciclo estão obsoletos. Para quando a sua substituição por uns que sirvam realmente para os fins a que estão destinados?-----

-----Falta também *internet* nos jardins-de-infância (em alguns jardins-de-infância).-----

-----O Bloco de Esquerda tem apresentado, ao longos do tempo, um conjunto de propostas para o desenvolvimento do turismo de Barcelos, pelo que não poderão alegar que estamos a pegar neste tema por oportunismo ou demagogia política.-----

-----De facto, preocupa-nos muito a desqualificação do turismo, em Barcelos, quando este é um concelho com um potencial turístico enorme, em termos de recursos turísticos. Barcelos é a terra do Galo, símbolo incontestado do país. Barcelos é terra do artesanato – olaria, figurado, bordado, latoaria, objetos em madeira, entre outros. Barcelos é terra da alegria, com as suas festas, romarias e tradições populares de danças e cantares. Barcelos é terra de boa gastronomia. E, sobretudo, Barcelos é terra de gente boa e hospitaleira que sabe receber bem os seus visitantes.~

-----Apesar disso, a autarquia de Barcelos continua a não ter uma política de turismo, mas apenas um rol imenso de pequenos eventos, soltos e sem interligação entre si, e sem visão estratégica que em nada contribuem para a criação de uma marca forte de Barcelos, como destino turístico. Este facto é tão mais relevante quanto o vereador do pelouro do turismo (doutor Carlos Brito) afirmou recentemente que Barcelos não precisa de um Plano Estratégico de Turismo, uma vez que tem estratégias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Não podemos estar mais em desacordo!-----

-----O desenvolvimento da atividade turística sem planeamento, sem um posicionamento estratégico forte e coerente, e sem uma visão integradora e de futuro, gera um desenvolvimento turístico desequilibrado, incapaz de potenciar os seus efeitos positivos e de prevenir os seus efeitos negativos. Se planear é organizar o futuro de modo a atingir um determinado objetivo, não há estratégia turística sem planeamento. E, sem planeamento e sem um plano estratégico de turismo que o sustente, o desenvolvimento da atividade turística surge de forma espontânea, sem constituir uma opção ou escolha de desenvolvimento económico, enquanto atividade propulsora da economia e geradora de desenvolvimento. É o desenvolvimento sustentável do turismo de Barcelos que está em causa! Importa pois lançar o desafio para que se faça de uma vez por todas um Plano Estratégico de Turismo, de modo a clarificar para todos os agentes turísticos e para a comunidade local qual a visão e o futuro desejado para Barcelos.-----

-----Recentemente os barcelenses tomaram conhecimento de uma carta aberta escrita pelo diretor do ART & TUR – Festival Internacional de Filmes de Turismo. A relevância deste festival é tanto maior, quanto integra uma rede internacional de festivais de filmes de turismo. Para além de premiar o que de melhor se faz ao nível do audiovisual turístico internacional, tem servido também para inspirar realizadores internacionais a filmar em Portugal.-----

-----Assumimos que a razão para que esta iniciativa deixe de se realizar em Barcelos não seja nem de ordem económica, nem de ordem pessoal (apesar do teor da missiva), mas sim política. Tendo em conta o que é do domínio público, as despesas inerentes ao patrocínio da Câmara tinham a ver com questões de logística, com o pagamento de viagens, alimentação e alojamento dos convidados, para além da compra de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

artesanato para oferecer como troféus.-----

-----Ora, com exceção das viagens, todo o resto era dinheiro reinvestido em Barcelos, contribuindo para a economia local.-----

-----Desta forma, e tendo em conta a situação, importa perguntar:--

-----Porque decidiram dar continuidade ao ART & TUR durante o vosso primeiro mandato?-----

-----Se era um evento relevante nessa altura, porque deixou de ser, agora, que a sua projeção é maior?-----

-----Porque decidiram acabar com esta iniciativa, que tem um elevado potencial de promoção internacional do destino Barcelos?-----

-----Qual o impacto da perda deste festival para Barcelos, nomeadamente se passar a ser realizado num concelho próximo, já mais desenvolvido do ponto de vista turístico?-----

-----É tudo.-----

-----Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado Armando Costa.-----

DEPUTADO DO MIB – Armando Costa – A informação escrita do senhor presidente é extensa, são cinquenta páginas que só nos foram enviadas na segunda-feira passada ao final da tarde, mesmo assim, apesar da quase totalidade dos membros do grupo municipal do Movimento Independente por Barcelos estarem ativos profissionalmente, o que ocupa no mínimo oito horas por dia e terem para além disso os seus compromissos familiares, ainda conseguimos ler este documento a tempo de colocar algumas questões ao senhor presidente, são só duas, uma terceira encadeada na segunda.-----

-----Gostávamos de saber se existia algum problema com a anterior gestão da “Casa da Relecta”, tendo em conta que foi celebrado um novo protocolo com a Associação Cultural e Recreativa Caminhantes Santiago.-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

-----E a propósito da deliberação sobre a celebração do contrato de organização do Festival Internacional de Filmes de Artesanato e Turismo e da polémica entretanto vinda a público com a organização do ART & TUR, perguntar: quais são os benefícios para Barcelos com aquela que nós depreendemos que seja uma nova organização ou uma nova iniciativa?---

-----Depois, sendo o turismo um dos pilares de desenvolvimento da nossa localidade e tendo consciência que os mercados internacionais são fundamentais para uma estratégia de crescimento sustentado, perguntamos se este novo evento potencia uma maior projeção internacional.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Novais.-----

DEPUTADO DO PSD – José Novais – Senhor Presidente, Senhores Deputados.-----

-----Para abordar uma única questão: o Festival ART & TUR. É um evento que teve a sua estreia em dois mil e oito numa iniciativa do executivo PSD da Câmara de Barcelos. Durante este percurso de seis anos, de seis edições, foram envolvidos mais de mil e seiscentos filmes. Barcelos foi notícia dentro e fora do país por origem deste festival de filmes de turismo. A economia barcelense beneficiou muito com a realização destes festivais, nomeadamente: hotelaria, restauração, comércio e artesanato. O Galo de Barcelos fortaleceu-se como marca e símbolo fora do país. Os artesãos estabeleceram parcerias e atividades enquadradas no festival. Dinamizou toda a economia local. O festival foi seguramente uma mais-valia para o turismo, artesanato e economia de Barcelos.-----

-----A rescisão do acordo com a entidade representante do festival foi uma notícia triste para Barcelos.-----

-----Eventos desta natureza são necessários para a afirmação de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

Barcelos, para atrair visitantes, turistas nacionais e estrangeiros, e para dinamizar e apoiar a economia local em vários setores.-----

-----Barcelos ficou a perder muito com a perda do festival ART & TUR.-----

-----Obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Obrigado, senhor deputado. Senhor presidente da Câmara, faz favor de usar da palavra.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor deputado Mário Figueiredo, o senhor falou-me aqui numa coisa que eu não sei onde que o senhor foi buscar isso: a rejeição de um acordo. Não foi apresentado nenhum acordo pelo STAL. Se o senhor sabe de algum acordo, à minha mão não chegou. Vai haver ou houve? Se vai haver, é uma coisa; se houve, é outra, atenção. Senhor deputado, a manifestação é um ato livre, não tem problema nenhum. E o senhor como está a defender esta causa, eu também sou dos que defendo, sabe? O município de Barcelos aquilo que teve de fazer foi:--

-----Primeiro, há uma lei da República. Gostemos ou não, é uma lei. Certo? E aquilo que o STAL fez foi meter uma providência cautelar contra o município de Barcelos. E nós fomos obrigados a reagir. Tão simples quanto isto. Os trabalhadores do município provavelmente estão a cumprir quarenta horas porque o sindicato agiu mal. E o senhor deve saber também que a lei não permite fazer acordos de empregador se não for a totalidade dos funcionários. E o senhor vai compreender que eu não vou fazer um acordo com o STAL quanto tenho trabalhadores do município não sindicalizados que não podem ser envolvidos no acordo.---

-----Para além disso, o senhor deve também saber que esse acordo terá que ser remetido para a tutela no Governo, que terá depois de confirmar ou não se aceita ou não aceita o acordo. Portanto, sobre a rejeição do acordo que não existe, senhor deputado, não há pedido de acordo nenhum! Houve uma reunião que eu tive com o sindicato, falámos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

na possibilidade de eventualmente se o município estaria aberto. Se lhe transmitiram uma coisa diferente, eu desafio o senhor presidente do sindicato a vir dizer ao contrário do que eu lhe disse, que foi “o executivo municipal está sensibilizado para manter as trinta e cinco horas”. Até porque as quarenta horas são um disparate! Primeiro, porque não tem nada de útil. Segundo, até, segundo as contas feitas assim por alto, traz mais custos do que benefícios.-----

-----Outra coisa que lhe quero também explicar, e meta isto na sua cabeça de uma vez por todas, os cidadãos que estão em programas ocupacionais não é a Câmara que tem o programa ocupacional, é o Centro de Emprego. A Câmara está a pedir, primeiro, tornarem-se cidadãos ativos, o senhor é capaz de ser pela subsidi dependência, eu não sou muito, e podem ter alguns ganhos porque nós complementamos o salário com valores. E, portanto, não somos nós que vamos atrás das pessoas, são de facto as pessoas, como disse o senhor vereador Domingos Pereira, que vêm aqui pedir, nós pedimos ao Centro de Emprego e o Centro de Emprego, naturalmente dentro das verbas que tem dos programas ocupacionais, disponibiliza ou não trabalhadores ao município.-----

-----ART & TUR.-----

-----Está tudo muito incomodado com o ART & TUR. Ninguém se incomodou com a forma como a organização tratou o município de Barcelos! Isso aí ninguém se preocupou. Esse senhor Francisco Dias, que é o presidente do ART & TUR, que devia ter vergonha do escrito que fez, que eu nem me dei sequer ao trabalho de responder, respondi a quem achei que devia fazer, que foi enviar a todos os senhores embaixadores que estiveram envolvidos com o município de Barcelos durante o festival, explicar-lhes a vergonhosa organização que ele foi fazer! E não venham dizer que Barcelos foi prejudicado! Barcelos foi beneficiado. Porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

(Gabinete do Presidente)

infelizmente nas duas últimas edições ele portou-se muito mal. E dou-vos um pequeno exemplo do que aconteceu na última organização. As iniciativas, a que teve o prazo mais curto avançou atrasada uma hora e vinte. Eu não sei se os senhores sabem o que é a relação com embaixadores e com cônsules, isto não se faz! Há protocolos, há rigor e é o nome do município. Esse senhor pegou no nosso dinheiro do nosso protocolo, que era mais de meio milhão de euros em dez anos. E não é como fazem crer aqui! Aliás, a irritação do senhor é que perdeu o salário. Mas não estou preocupado que ele perca o salário ou não porque o meu dever é acautelar os interesses do município. Esse senhor, imaginem, que vocês tanto defendem aqui, foi lançar o festival ART & TUR de Barcelos em Tibães, em Braga! Acham que vou tolerar uma coisa dessas? Então os recursos financeiros são do município de Barcelos e ele vai lançar em Tibães porque decidiu que era em Tibães?! Calma lá! Os protocolos do município de Barcelos são para beneficiar o município de Barcelos.~~~~~
~~~~~E, portanto, foi com este rigor que nós usámos, porque quando nós fazemos um contrato e aceitamos o nosso contrato, que de ano a ano qualquer uma das partes pode rescindir o contrato, o executivo municipal usou um direito que lhe está consignado numa base contratual de boa-fé entre as duas partes, está lá uma cláusula que diz que o município pode rescindir, como ele podia rescindir. E nós entendemos que ele tratou muito mal, de forma vergonhosa, até pelo escrito que mandou. Até acabou por dizer uma coisa engraçada que veio nos jornais: que eu falhei ao festival. E apresenta nos jornais uma fotografia precisamente comigo no festival. É uma coisa interessante, mas ele disse isso. Que eu não recebi os senhores embaixadores! Mentira. E, portanto, eu não estou para compactuar com gente desta estirpe. Portanto, rescindimos o contrato que é um direito que temos pura e simplesmente pelo interesse que Barcelos merece.~~~~~





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

-----O meu cuidado foi avisar os senhores embaixadores, sinceramente estive para mandar um ofício a cada um dos presidentes de Câmara deste país para não caírem nesta armadilha com este senhor.-----

-----Para além disso, a nossa estratégia do desenvolvimento turístico é outra. Com todo o respeito e isso não ponho, disse-o publicamente, a qualidade dos filmes, que não tem nada a ver com ele, a qualidade dos filmes tem a ver com os intervenientes, era de boa qualidade. A organização é que não servia para nada. E, portanto, uma aguentámos, duas já é de mais, três era inadmissível. Portanto, cometeu erros na primeira vez, cometeu na segunda, tivemos que ser contundentes porque o dinheiro é pouco e tem que ser muito bem gerido, e o que nós gastámos no ART & TUR garanto-vos que é-nos devolvido esse investimento dez vezes mais do que aquilo que o ART & TUR faria em Barcelos. Portanto, foi nesta perspetiva que acabámos com o ART & TUR.-----

-----A forma como o senhor Mário Costa se apresentou aqui chocado com o senhor vereador a dizer que não havia Plano Estratégico de Turismo para Barcelos. O senhor sabe naturalmente de onde vem a origem dessa sua intervenção? O senhor vereador esteve num encontro onde estava aquela senhora deputada que esteve aqui uma vez, que trabalha no IPCA ou dá aulas no IPCA, que elaborou o Plano Estratégico de Esposende, provavelmente tinha a expectativa de elaborar o Plano Estratégico de Barcelos, isso não é possível porque o município tem a sua própria estratégia e, portanto, é nessa perspetiva que eventualmente o senhor vem tão chocado dizer que o senhor vereador disse que não precisava de um plano estratégico. Nós temos a nossa estratégia, não tenha dúvidas, e vamos continuar a segui-la.-----

-----Muito obrigado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** – Obrigado, senhor presidente da Câmara. Vou proceder ao encerramento dos trabalhos desta sessão da Assembleia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

*(Gabinete do Presidente)*

Municipal.-----  
 -----Desejo uma boa-noite, muito obrigado a todos, bom regresso a casa e bom fim de semana.-----  
 -----A sessão terminou às duas horas e vinte minutos do dia um de março de dois mil e catorze.-----  
 -----Para constar se lavrou a presente acta, que eu, Celestino Linhares da Silva, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

*(Duarte Nuno Pinto, Dr.)*

O ASSISTENTE TÉCNICO

---

*(Celestino Linhares da Silva)*



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS**  
(Gabinete do Presidente)

## ÍNDICE

Acta nº 1 de 28 de fevereiro de 2014

| <b>FOLHA</b> | <b>ASSUNTO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|--------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01           | Apresentação da ordem de trabalhos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| 05           | Período de antes da ordem do dia / Início dos trabalhos / Eleição de Presidentes de Junta de Freguesia para: Conselho Cinegético Municipal, Conselho Municipal de Educação do Município de Barcelos, Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e Associação Nacional de Municípios Portugueses                                            |
| 12           | Proposta do PS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| 32           | Período da ordem do dia / Aprovação da ata da sessão de vinte e sete de dezembro de dois mil e treze (1º Ponto)                                                                                                                                                                                                                                           |
| 33           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à constituição da Régie Cooperativa “Barcelos Cultura, Educação e Desporto” e respetivos estatutos (2º Ponto)                                                                                                                                                                                |
| 58           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal respeitante ao protocolo de cooperação entre o município e as freguesias do concelho de Barcelos (3º Ponto)                                                                                                                                                                                           |
| 77           | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao projeto “Eixo da RNT entre Vila do Conde e Vila Fria B e a Rede Elétrica de Espanha, a quatrocentos quilovolts (4º Ponto)                                                                                                                                                                |
| 100          | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento da Casa da Juventude de Barcelos (5º Ponto)                                                                                                                                                                                                                               |
| 104          | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da área de 38.564 m <sup>2</sup> , para construção do equipamento denominado “Espaço Social do Enfermeiro”, sita no lugar de Grovas, freguesia de Paradela (6º Ponto)                                                       |
| 105          | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal da área de 17.187 m <sup>2</sup> , para legalização e requalificação do equipamento denominado «Campo de Futebol 1º de Janeiro CF “Os Ceramistas”», sita na rua 1º de Janeiro, freguesia de Galegos São Martinho (7º Ponto) |
| 105          | Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a Declaração de Reconhecimento do Interesse Público Municipal de uma parcela de terreno com cerca de 1.592 m <sup>2</sup> , para construção de um edifício destinado a armazém, sita na avenida da Estação, freguesia de Viatodos (8º Ponto)                                              |
| 108          | Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (9º Ponto)                                                                                                                                                                                                    |